

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Militares terão reajuste salarial de 9% até 2026	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Apesar de alta das receitas, déficit primário soma R\$ 9,3 bi	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Supremo volta a julgar redução de alíquota do Reintegra e placar é favorável à União	6
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Contas do governo registram rombo de R\$ 9,2 bilhões em julho	8
VALOR ONLINE - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Apesar de alta das receitas, déficit primário soma R\$ 9,3 bi	10
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL "Este não é o ano para fazer reformas estruturantes"	11
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Contas do governo têm déficit de R\$ 9,3 bi	14
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Revisão em benefício do inss	15
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA SEGURIDADE SOCIAL Despesa com BPC e aposentadorias está subestimada em até R\$ 22 bi, para analistas	17
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Gasto com previdência e BPC está subestimado, defendem economistas	19
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Novas regras do INSS para auxílio-doença	21
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO SEGURIDADE SOCIAL Aposentadoria de PCD - RECLAMAR ADIANTA	22
O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL INSS estuda mudanças para reduzir fraudes e fila	24
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Déficit de R\$ 9,2 bi em julho supera as expectativas do mercado	25

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

MEIs têm novas regras para emitir notas fiscais; entenda a mudança 26

G1 - NACIONAL - TRABALHO E CARREIRA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria pelo INSS: como entrar com recurso se o pedido for negado? 28

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prepara novo pente-fino no Bolsa Família, com foco em famílias unipessoais
..... 30

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio-doença do INSS: Governo prepara mudanças no Atestmed. Saiba como vai funcionar
..... 31

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

MEIs têm novas regras para emitir notas fiscais; entenda a mudança (mercado de trabalho)
..... 32

VALOR ONLINE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Um PIB com lados bons e ruins 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo da CNC aponta que sobrecarga de imposto vai gerar crise no comércio - CAPITAL S/A
..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Combate à sonegação e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ineficiência e subsídios custam R\$ 100 bi na conta de luz 40

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit primário do governo central cai para R\$ 9 bi em julho 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desafios para a regulação 42

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Índice caiu em agosto, aponta CNC 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Previdência pode levar a um novo bloqueio no Orçamento 46

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Previdência pode levar a novo bloqueio no Orçamento este mês 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Há forte compromisso em atingir meta", diz Guillen 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Abono e Simples podem ter novo modelo 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Importação segue em alta e sinaliza superávit menor 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Probabilidade de seca afetar o PIB por ora é "baixa", afirma Fazenda 54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Endividamento das famílias tem novo recuo, mas ainda preocupa 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Informações contidas na ata do Copom permanecem válidas, afirma Guillen 56

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa fecha em alta com reforço de corte de juros nos EUA; dólar fica estável em R\$ 5,63
..... 57

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA
ECONOMIA

Cai o endividamento das famílias no País, diz CNC 58

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Votação de Galípolo ganha data 59

Militares terão reajuste salarial de 9% até 2026

**GERALDA DOCA geral da @> bsb oglobo.com. br
BRASILIA**

Os militares das Forças Armadas (Aeronáutica, Marinha e Exército) terão aumento salarial de 9% em duas parcelas: 4,5% em abril de 2025 e mais 4,5% em 2026. O impacto sobre as contas públicas será de R\$ 3 bilhões, de acordo com dados que constam no projeto do Orçamento de 2025.

Além dos militares, o governo concedeu reajustes para 98% das carreiras dos servidores civis federais. Os percentuais dessas categorias específicas não foram divulgados. Os acordos foram firmados às vésperas do envio da proposta orçamentária de 2025 ao Congresso Nacional. O impacto total desses reajustes será de R\$ 16,8 bilhões em 2025 e R\$ 11 bilhões em 2026.

O impacto do aumento dos civis é separado da conta dos militares. Haverá, portanto, um impacto de R\$ 19,8 bilhões de reajustes no Orçamento, além de R\$ 303 milhões para bônus de eficiência da **Receita Federal**.

O reajuste para as Forças abrange militares da ativa, da reserva e pensionistas e foi negociado entre o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e o presidente Lula. Os comandantes das Forças também se empenharam junto ao presidente, pleiteando pelo menos a reposição da **inflação**.

A última vez em que os militares tiveram aumento foi em 2023. Durante a reforma do sistema previdenciário das Forças Armadas, o ex-presidente Jair Bolsonaro concedeu reajuste em quatro parcelas, a partir de 2020, decorrente de reestruturação das carreiras, com aumento de gratificações, que chegou a 150%, segundo técnicos do governo.

O Ministério da Defesa tem um Orçamento, neste ano, de R\$ 126 bilhões. Deste valor, cerca de 80% são destinados para o pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas. São 355 mil militares na ativa, considerando as três Forças.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Apesar de alta das receitas, déficit primário soma R\$ 9,3 bi

Jéssica Sant"Ana e Gabriela Pereira De Brasília

O governo central fechou julho com déficit primário de R\$ 9,3 bilhões, mesmo com uma expansão das receitas e uma queda das despesas, na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando as contas ficaram negativas em R\$ 35,9 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Tesouro Nacional ontem (4), com uma semana de atraso, devido à mobilização dos servidores.

Os números levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública.

Em julho, as receitas primárias líquidas do governo tiveram uma expansão real (acima da **inflação**) de 9,5% contra o mesmo período do ano passado. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, atribuiu o dado ao forte crescimento econômico e ao efeito das medidas tomadas pelo governo para elevar a arrecadação.

Já as despesas totais tiveram queda real de 6% na comparação com julho do ano passado. O número, apesar de parecer positivo, é explicado pela mudança no calendário de pagamento do 13º salário dos benefícios previdenciários. Enquanto em 2023 os pagamentos foram distribuídos nos meses de maio, junho e julho, neste ano ocorreram em abril, maio e junho.

Outras despesas que não tiveram esse "efeito-calendário" apresentaram altas significativas, bem acima do limite do novo arcabouço fiscal. São os casos, por exemplo, do abono e do seguro-desemprego (alta real de 6,9%), do Benefício de Prestação Continuada (avanço de 14,6%) e dos investimentos (64,8%).

Em entrevista coletiva, Ceron negou que haja um processo de expansão de despesa do governo federal. O secretário disse que elas devem encerrar o ano próximo de 19,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que ficaria na "média histórica".

Pelo lado da arrecadação, o secretário disse que a projeção é encerrar o ano com uma receita primária entre 18,5% do **PIB** a 18,7% do **PIB**. "Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais.

O processo mais difícil já foi, agora é fazer esse ajuste fino", frisou.

No acumulado deste ano até julho, o governo central registrou déficit de R\$ 77,9 bilhões. A meta de resultado primário do ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB**, para cima ou para baixo. O intervalo é equivalente a R\$ 28,8 bilhões.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam resultado negativo justamente de R\$ 28,8 bilhões, no limite inferior da banda, considerando o contingenciamento anunciado em julho.

Ceron disse que é possível que o resultado ao fim do ano fique mais próximo da meta, devido ao empoçamento dos ministérios - quando a verba é liberada para gasto, mas não usada, voltando para o caixa do Tesouro.

Ele também revelou que o governo conta com "medidas adicionais de receita" para compensar a queda esperada com os acordos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Porém, não revelou quais. "Estamos prontos e preparados para tomaras medidas necessárias para o cumprimento da meta em 2024", se limitou a dizer.

"Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais" Rogério Ceron

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Supremo volta a julgar redução de alíquota do Reintegra e placar é favorável à União

Marcela Villar De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) reiniciou, ontem, o julgamento de duas ações que vão definir se as alíquotas do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) podem ser livremente reduzidas pelo governo federal. O placar está em 3 a 2 a favor da União, que prevê impacto de R\$ 49,9 bilhões em caso de derrota. O valor consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025.

O Reintegra foi criado em 2011, pela Lei nº 12.546, com o objetivo de estimular as exportações com o reembolso de parte da carga tributária sobre produtos manufaturados. Inicialmente, foi previsto que a alíquota do crédito sobre a receita com vendas ao exterior iria variar entre 0,1% e 3%. Porém, decretos posteriores reduziram o percentual máximo. Desde 2018, está em 0,1%.

A discussão se baseia no artigo 22 da Lei nº 13.043/2014, que restabeleceu o programa, permitindo ao governo calibrar a parcela a ser recuperada pelas exportadoras. As sucessivas reduções, que levaram ao patamar de 0,1%, porém, motivaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Aço Brasil a buscar o Supremo. Para eles, o Executivo pode alterar o percentual do crédito, mas não pode reduzi-lo sem justificativa relevante. Violaria, dizem as empresas, os princípios constitucionais da não exportação de **tributos**, da livre concorrência e da proporcionalidade (ADI 6040 e 6055).

O relator, ministro Gilmar Mendes, não acatou os argumentos das empresas. Ele reafirmou seu voto do Plenário Virtual e foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes e Dias Tofoli, que também mantiveram as manifestações anteriores.

Segundo Mendes, o Reintegra é uma política pública de incentivo à exportação, que tem uma natureza jurídica diferente das imunidades à exportação, garantidas pela Constituição Federal. "Enquanto aquelas incentivam qualquer tipo de produto ou serviço destinado ao exterior, o Reintegra incentiva a indústria nacional, uma vez que o creditamento só ocorre em relação a bens objeto de industrialização atendidas às condições estabelecidas em lei", afirmou.

Na visão dele, o Reintegra é equiparado a um benefício fiscal, portanto, as alíquotas podem ser livremente alteradas pelo governo. O ministro ainda levou em conta, ao declarar a constitucionalidade da lei, "a importância do incentivo das exportações para o desenvolvimento nacional".

Já o ministro Fux, que havia interrompido a análise em 2022 por um pedido de destaque-o que levou a discussão ao plenário físico -, divergiu por entender que não é possível exportar **tributos**. A nova metodologia do Reintegra, disse, aumenta a carga tributária. Ele foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin. O julgamento foi suspenso e pode retornar à pauta na próxima quinta-feira.

A nova metodologia do programa, afirmou Fux, "pode trazer prejuízo para a economia nacional". "Essa modificação vai na contramão dos documentos transnacionais que o Brasil assinou, porque há majoração tributária", disse o ministro. "Efetivamente, vai influir no preço da exportação e, automaticamente, vai contradizer aquilo que o Brasil se comprometeu nos tratados internacionais", completou.

Essa foi a linha defendida pelos representantes do setor privado, que pediram, na sustentação oral, a inconstitucionalidade o artigo 22 da lei de 2014, por ter criado distorções no Reintegra. "Ele vem sendo tratado como se mero benefício fiscal fosse, com manipulações de alíquotas e sem nenhuma relação com o resíduo tributário acumulado ao longo da cadeia", afirmou a advogada Daniella Zagari, sócia do Machado Meyer, que representou o Instituto Aço Brasil no caso.

De acordo com ela, o programa hoje prejudica a competitividade do Brasil e desrespeita acordo firmado pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela pede a aplicação dos precedentes do Supremo que decidiram pela imunidade das receitas de exportação, previsto no artigo 49 da Constituição Federal (ADI 4735 e Tema 674).

O advogado Gustavo do Amaral Martins, da CNI, disse que o tratamento dado ao programa recentemente prejudica o investimento no Brasil. E que a CNI não está defendendo as siderúrgicas, mas a indústria como um todo. "Uma indústria brasileira que não é capaz de concorrer lá fora vai tentar se valer de não

ter a concorrência aqui dentro", afirmou. Para ele, as reduções dos percentuais devem levar em conta decisões técnicas "não simplesmente por mera conveniência e oportunidade".

Para a representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Patrícia Grassi Ozório, a tese dos contribuintes causa "perplexidade". Tentou-se, disse, misturar regimes tributários de imunidade com os custos dos produtos fabricados a serem exportados. "A imunidade tributária nas exportações não se estende a toda a cadeia produtiva", afirmou ela, acrescentando que isso provocaria uma "total e irrestrita desoneração" e "não é isso que temos na Constituição".

A procuradora disse que o STF já admitiu a possibilidade de redução das alíquotas do Reintegra, no Tema 1108, em que ainda vai se analisar a aplicação da anterioridade. "A premissa para se aplicar ou uma, ou outra é que a redução é possível", argumentou. Ela também defendeu que a lei define critérios para o parâmetro da redução, com um mínimo e máximo, delegando ao governo federal a decisão de calibrar as alíquotas "a depender da conjuntura econômica". "Não há nenhuma deficiência nessa delegação." Na visão do advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, se não for possível retirar os resíduos tributários da cadeia, os produtos brasileiros terão menos competitividade no exterior. "O problema são os sucessivos decretos estarem impedindo que os exportadores tenham acesso ao limite de 3%", diz ele. "Essa variabilidade, ainda que dentro do patamar, causa instabilidade econômica grave", adiciona Conde.

O voto de Gilmar Mendes, ao equiparar o Reintegra a uma subvenção e não a uma imunidade tributária, afirma, prejudica as empresas. "Quando se fala em imunidade, se fala em cláusula pétrea, é uma barreira constitucional ao poder de tributar." O tributarista Bruno Teixeira, sócio do TozziniFreire Advogados, concorda com o voto de Fux, que evita a exportação de **tributos**. "O que não se quer é fazer com que uma jurisdição pague um tributo que não seja revertido em favor dela", afirma.

Segundo ele, a alíquota de 3% só ficou no início do programa, pois logo em 2016 já foi reduzida para 1%. Em 2017, ficou em 2% e, desde junho de 2018, está em 0,1%. "A ideia do governo federal era aumentar, mas se fez o contrário."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977>

Contas do governo registram rombo de R\$ 9,2 bilhões em julho

Sem o impacto da antecipação do décimo terceiro a aposentados e pensionistas, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) fecharam julho com deficit primário de R\$ 9,283 bilhões. O valor representa queda real (descontada a **inflação**) de -75,3% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Apesar da queda, o resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 7,3 bilhões em julho.

Nos sete primeiros meses do ano, o Governo Central registra deficit primário de R\$ 77,858 bilhões.

Em valores corrigidos pela **inflação**, o montante é 5,2% inferior ao do mesmo período do ano passado, quando havia deficit primário de R\$ 79,154 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de deficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

No fim de julho, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou deficit primário de R\$ 28,8 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do **PIB**. O valor equivale exatamente a margem de tolerância de deficit de 0,25 ponto percentual do **PIB**.

Mesmo com a arrecadação recorde neste ano, o governo congelou R\$ 15 bilhões do Orçamento.

Dos R\$ 15 bilhões congelados, R\$ 11,2 bilhões foram bloqueados para não descumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal e R\$ 3,8 bilhões foram contingenciados (cortados temporariamente), para não estourar a margem de tolerância das regras fiscais.

RECEITAS Na comparação com julho do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas despencaram por causa da diferença de calendário do

décimo terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**). No último mês, as receitas líquidas subiram 14,5% em valores nominais. Descontada a **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9,5%. No mesmo período, as despesas totais caíram 1,8% em valores nominais e 6% após descontar a **inflação**.

O deficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em julho. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de **tributos**), houve alta de 15,5% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a **inflação**.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provocada pelo aumento do lucro de grandes empresas; da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), decorrente da recomposição de **tributos** sobre os combustíveis e da recuperação da economia; e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

As receitas não administradas pela **Receita Federal** caíram 5,8% descontada a **inflação** em relação a julho do ano passado. As maiores quedas foram provocadas em concessões e permissões e dividendos de estatais, cujos pagamentos não ocorreram em julho. A alta de R\$ 318,3 milhões nos royalties, decorrente da valorização do petróleo no mercado internacional, impediram uma queda maior.

DESPESAS Quanto aos gastos, o principal fator de queda mensal foram os gastos com a **Previdência Social**, que caíram R\$ 21,2 bilhões descontada a **inflação**, principalmente devido à diferença nos calendários de pagamentos do décimo terceiro da **Previdência Social**. No ano passado, o adiamento foi feito de maio a julho.

Neste ano, ocorreu de abril a junho.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo (que engloba os programas sociais) subiram R\$ 4,12 bilhões acima da **inflação** em julho na comparação

com o mesmo mês do ano passado.

Também subiram gastos com créditos extraordinários para o Rio Grande do Sul (+R\$ 2,81 bilhões) e R\$ 6,9 bilhões para a saúde.

Os gastos com o funcionalismo federal subiram R\$ 3,06 bilhões (+1,5%), descontada a **inflação** nos sete primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Site: <https://gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

Apesar de alta das receitas, déficit primário soma R\$ 9,3 bi

Por *Jéssica Sant'Ana e Gabriela Pereira - De Brasília*

O governo central fechou julho com déficit primário de R\$ 9,3 bilhões, mesmo com uma expansão das receitas e uma queda das despesas, na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando as contas ficaram negativas em R\$ 35,9 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Tesouro Nacional ontem (4), com uma semana de atraso, devido à mobilização dos servidores.

Os números levam em conta Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública.

Em julho, as receitas primárias líquidas do governo tiveram uma expansão real (acima da **inflação**) de 9,5% contra o mesmo período do ano passado. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, atribuiu o dado ao forte crescimento econômico e ao efeito das medidas tomadas pelo governo para elevar a arrecadação.

Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais"

- Rogério Ceron

Já as despesas totais tiveram queda real de 6% na comparação com julho do ano passado. O número, apesar de parecer positivo, é explicado pela mudança no calendário de pagamento do 13º salário dos benefícios previdenciários. Enquanto em 2023 os pagamentos foram distribuídos nos meses de maio, junho e julho, neste ano ocorreram em abril, maio e junho.

Outras despesas que não tiveram esse "efeito-calendário" apresentaram altas significativas, bem acima do limite do novo arcabouço fiscal. São os casos, por exemplo, do abono e do seguro-desemprego (alta real de 6,9%), do Benefício de Prestação Continuada (avanço de 14,6%) e dos investimentos (64,8%).

Em entrevista coletiva, Ceron negou que haja um processo de expansão de despesa do governo federal. O secretário disse que elas devem encerrar o ano próximo de 19,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que ficaria na "média histórica".

Pelo lado da arrecadação, o secretário disse que a projeção é encerrar o ano com uma receita primária entre 18,5% do **PIB** a 18,7% do **PIB**. "Novas medidas pelo lado da receita [a partir de agora] serão pontuais. O processo mais difícil já foi, agora é fazer esse ajuste fino", frisou.

No acumulado deste ano até julho, o governo central registrou déficit de R\$ 77,9 bilhões. A meta de resultado primário do ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB**, para cima ou para baixo. O intervalo é equivalente a R\$ 28,8 bilhões.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam resultado negativo justamente de R\$ 28,8 bilhões, no limite inferior da banda, considerando o contingenciamento anunciado em julho.

Ceron disse que é possível que o resultado ao fim do ano fique mais próximo da meta, devido ao empoçamento dos ministérios - quando a verba é liberada para gasto, mas não usada, voltando para o caixa do Tesouro.

Ele também revelou que o governo conta com "medidas adicionais de receita" para compensar a queda esperada com os acordos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Porém, não revelou quais. "Estamos prontos e preparados para tomar as medidas necessárias para o cumprimento da meta em 2024", se limitou a dizer.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/06/apesar-de-alta-das-receitas-deficit-primario-soma-r-93-bi.ghtml>

"Este não é o ano para fazer reformas estruturantes"

BIANCA LIMA BRASÍLIA

ENTREVISTA: Simone Tebet, Advogada e professora, é filiada ao MDB. Foi vice-governadora de Mato Grosso do Sul e senadora. Comanda a pasta do Planejamento

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, avalia que a agenda de revisão estrutural dos gastos precisa levar em conta o tempo e a vontade da política. Ambos, em sua avaliação, não são favoráveis em 2024, ano de eleições municipais e em meio à regulamentação da reforma tributária.

"Neste momento, não há vontade política, e não é do presidente Lula. Ficam falando: "Ah, esse governo, esse governo".

Mas, a partir do momento em que as medidas estruturantes do lado da revisão de gastos dependem, em sua maioria, de mudanças legislativas, não se pode colocar no colo só do Executivo o não querer. Se ele (Lula) não quisesse, já tinha me tirado daqui há muito tempo", disse Tebet, ao Estadão.

Ela prevê que o cenário estará mais favorável no primeiro semestre de 2025, quando pretende angariar apoio dentro do Congresso. As alterações pela ótica da despesa, se aprovadas, só teriam impacto mais relevante no Orçamento de 2026, último ano do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na peça orçamentária de 2025, o foco da equipe econômica segue voltado à receita, com um pacote arrecadatório de R\$ 166 bilhões. Questionada sobre a viabilidade política do plano de revisões, Tebet diz que mapeou as ações por cor: sinal vermelho, amarelo e verde.

Na lista vermelha, por exemplo, de itens fora de discussão, estão uma mudança na correção real (acima da inflação) do salário mínimo, a revisão dos pisos constitucionais da Saúde e da Educação e a desvinculação das aposentadorias do INSS em relação ao mínimo. A seguir, os principais trechos da entrevista: O Orçamento de 2025 é criticado por focar em receitas extraordinárias e trazer um corte de gastos visto como tímido. Por que esse corte ainda não aconteceu?

Eu tenho de avaliar duas questões: o tempo da política e a vontade da política. Nós temos um objetivo, que é atender a todos os compromissos sociais de um governo legitimamente eleito. Mas, justamente para cumprir isso, tenho convicção, como mantra, regra absoluta, o cumprimento da meta fiscal. A responsabilidade fiscal é o único meio de podermos entregar ao presidente Lula, conseqüentemente à sociedade brasileira, a diminuição da desigualdade. Sabemos onde queremos chegar: meta (de déficit) zero neste ano, meta zero no ano que vem e superávit a partir de 2026. E nós sabemos o momento de fazer e o momento de não fazer as coisas.

-

"Neste momento, não há vontade política, e não é do presidente Lula"

A sra. falou que sabe qual é o momento para negociar um corte estrutural de gastos.

Em qual momento estamos agora?

Neste momento, com toda transparência, eu asseguro que é possível cumprir a meta com as propostas que foram apresentadas, com os bloqueios, contingenciamentos, cortes (de gastos) e faseamento (dos gastos, limitando o valor empenhado pelos ministérios). E temos a consciência de que vamos precisar das receitas extraordinárias, ou seja, das receitas que não são correntes; estamos contando com elas para zerar a meta. E tudo bem em relação a isso. Não importa a cor do gato, desde que ele cace o rato.

O governo está confortável com isso?

Sabemos que este não é o ano para fazer as reformas estruturantes, é um ano eleitoral, um ano municipal. E, neste momento, não há vontade política, e não é do presidente Lula.

Ficam falando: "Ah, esse governo, esse governo". Mas, a partir do momento em que as medidas estruturantes do lado da revisão de gastos dependem, em sua maioria, de mudanças legislativas, não se pode colocar no colo só do Executivo o não querer.

Se ele (presidente Lula) não quisesse, já tinha me

tirado daqui há muito tempo.

Quando a sra. avalia que haverá vontade política para essa revisão mais estrutural dos gastos?

Temos de fechar a **reforma tributária**.

Acho que temos de começar no primeiro semestre de 2025 um diálogo de mais profundidade com os ministérios, muitos já estão trabalhando conosco, e levar (essa agenda) para dentro do Congresso.

A sra. tem mencionado que há um cardápio amplo para a revisão de gastos, mas qual a viabilidade política de essas ações avançarem no Executivo e no Legislativo?

Nós já temos tudo mapeado, inclusive por cor: sinal vermelho, amarelo e verde. Por exemplo: me apresentaram duas contas, uma que era por PEC (Proposta de Emenda à Constituição, que precisa de mais votos) e a outra por lei complementar. A PEC dava R\$ 3 bilhões de economia, e a lei complementar somava R\$ 20 bilhões.

Já coloquei um vermelhinho na de R\$ 3 bilhões. Eu falei: "Olha o desgaste de se aprovar uma PEC de R\$ 3 bilhões, se eu tenho uma medida de R\$ 20 bilhões por lei". E as duas com o mesmo nível de impopularidade.

Já foi para o pacotinho vermelho, para alguém discutir isso lá em 2027, no próximo governo.

Então, está tudo mapeado por dificuldade versus custo-benefício, obviamente com a justiça social de sempre.

Em relação às políticas públicas, o que entra na lista vermelha?

Ninguém vai mexer nos pisos (constitucionais) da Saúde e da Educação. Nem devemos. O piso da Saúde é o contrário: a população está envelhecendo, os dados do IBGE mostram que, a partir de 2042, a faixa de idosos vai ser maior do que a faixa de jovens no País. E não tem discussão sobre a valorização real (acima da **inflação**) do salário mínimo e sobre desvincular o salário mínimo das aposentadorias.

A desvinculação da Previdência está na lista vermelha, mas e a discussão sobre desindexar benefícios assistenciais temporários?

É uma discussão que nós vamos colocar no papel. Já temos os valores e, no momento certo, vamos levar ao presidente.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as categorias que não participaram da última reforma da Previdência poderiam dar sua contribuição para as contas públicas. Isso significa que o governo vai propor uma reforma para os militares?

Uma reforma completa, não.

Mas você tem injustiças dentro da Previdência dos militares que os próprios militares já reconhecem e que já estão mais amadurecidas para serem levadas adiante.

A sra. também tem falado sobre uma revisão de benefícios fiscais. Tem chance de avançar?

Os gastos tributários, creditícios e financeiros batem na casa dos 6% do **PIB**. Nós temos de analisar com o Congresso em que momento se avançaria nisso, de se discutir um percentual fixo, com prazos, na Constituição. A gente tentou isso lá atrás (com a aprovação da PEC Emergencial, em 2021), mas ficou uma dúvida, o texto ficou confuso. Ainda que leve dez anos (para reduzir gradualmente), tudo bem.

Poderia dar um exemplo de gasto tributário que chama a atenção?

O Simples (Nacional), que antes não era nada, e hoje representa 25% de toda a renúncia fiscal. Isso porque aumentou demais o valor da receita (da empresa que pode ser contemplada pelo benefício). Hoje, a gente vê empresas médias dentro do Simples, e antes não era assim.

Congresso e empresários não receberam bem a proposta de aumento da CSLL e de maior taxa de JCP.

Há viabilidade política para se aprovar esse projeto e garantir as receitas extras?

Nesse ponto, eu concordo com o ministro Haddad. Sob a ótica das receitas, esse Orçamento está um pouco mais fácil do que o do passado. Houve uma necessidade de muito mais medidas legislativas. Medidas provisórias, lei complementares e um pacote muito maior de novas receitas.

A sra. diz em quantidade de medidas propostas?

Em quantidade de projetos. Agora, o Haddad está falando o seguinte: "Olha, eu tenho um problema aqui". Aliás, não é nem problema, porque tenho uma decisão judicial (do STF, que exige a compensação da desoneração da folha de pagamento para empresas e municípios). Tenho uma CSLL por um ano, que eu preciso como um apoio se as medidas apresentadas

pelo Congresso não foram suficientes para compensar a desoneração.

E o aumento do Imposto de Renda sobre o JCP?

Tem muita gente no Congresso que concorda com o IR sobre o JCP. É uma discussão que vai ser feita lá. E, se você for analisar, é o menor valor, estamos falando de R\$ 3 bilhões. Se R\$ 3 bilhões não comparecerem, a gente pensa em uma outra (medida).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Contas do governo têm déficit de R\$ 9,3 bi

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO BRASÍLIA

As contas do governo central (que reúne Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) registraram déficit primário de R\$ 9,28 bilhões em julho. Em junho, a diferença entre receitas e despesas do governo tinha sido negativa em R\$ 38,83 bilhões.

Em julho de 2023, o resultado primário havia sido negativo em R\$ 35,921 bilhões, em valores nominais.

O resultado veio acima das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava para déficit de R\$ 7,135 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano até julho, o governo central registra déficit de R\$ 77,85 bilhões - pouco menor do que o déficit do mesmo período do ano passado, que foi de R\$ 79,15 bilhões.

Em julho, as receitas tiveram alta de 9,5% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve alta real de 8,6%. Já as despesas caíram 6% em julho, já descontada a **inflação**.

Em 12 meses até julho, o governo central apresenta déficit de R\$ 233,3 bilhões, equivalente a 2,04% do **PIB**.

Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos. No acumulado dos últimos 12 meses até julho, as despesas obrigatórias somaram 18,3% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias (não obrigatórias) do Executivo alcançaram 1,9% em relação ao **PIB** no mesmo período.

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões.

A outra meta é de limite de despesas, de R\$ 2,089 trilhões neste ano.

No último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, publicado em julho, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou déficit de R\$ 28,8 bilhões nas contas deste ano, o equivalente a 0,25%

do **PIB**.

O resultado do **INSS** foi deficitário em R\$ 22,456 bilhões em julho. No acumulado de 2024 até julho, o resultado foi negativo em R\$ 220,678 bilhões.

Acumulado Em 12 meses até julho, governo central apresenta déficit de R\$ 233,3 bi, ou 2,04% do **PIB**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Revisão em benefício do inss

GERALDA DOCA *geralda@bsb ogtobo.com. br*
BRASÍLIA

a governo Luiz Inácio Lula da Silva prepara mudanças na concessão de auxílio-doença (agora chamado de benefício por incapacidade temporária) por meio da ferramenta Atestmed, para reduzir fraudes e frear as despesas com o benefício. É uma das medidas que estão sendo tomadas para fechar as contas públicas deste ano e de 2025 dentro das metas fiscais. O aplicativo permite ao segurado obter o benefício sem passar por perícia médica presencial: basta enviar pelo aplicativo do **INSS** um atestado assinado por médico particular ou da rede do SUS. A medida mais ampla é reduzir o prazo máximo do auxílio-doença concedido por meio da ferramenta de 180 para 90 dias.

Em 2024, está prevista uma economia de R\$ 8,5 bilhões com o Atestmed e com a reavaliação de benefícios por incapacidade temporária - a maior parte dos R\$ 10 bilhões que o governo espera economizar neste ano com revisão de benefícios. No próximo ano, a previsão é de um alívio de R\$ 9,4 bilhões com essas duas iniciativas, de um total de R\$ 25,9 bilhões em economia.

Mesmo que a ferramenta facilite a concessão de benefícios, a **Previdência Social** afirma que a concessão virtual é econômica: o segurado não precisa ficar esperando por uma perícia, o que aumenta o prazo de concessão, já que o benefício é retroativo à data do pedido, com as devidas correções.

PERÍODO DE AFASTAMENTO

Além da redução do prazo máximo de benefício concedido por meio do aplicativo, outra mudança que está sendo estudada é para os casos em que o afastamento solicitado for superior ao prazo "padrão" para o trabalhador se recuperar daquela doença. Se esse prazo for maior, o segurado será encaminhado automaticamente para a perícia presencial. Por exemplo: se, para uma fratura que exige 45 dias de afastamento o atestado propuser 90 dias, o segurado será encaminhado diretamente para perícia médica presencial.

Atualmente, o **INSS** aceita o período de afastamento solicitado no Atestmed, independentemente do tipo da doença. A avaliação, porém, é que, em determinados casos, o prazo proposto é maior do que o necessário para a recuperação do trabalhador.

As mudanças devem ser anunciadas nos próximos 30 dias e têm por objetivo aperfeiçoar o instrumento, diante das críticas sobre suspeita de fraudes por causa do aumento das despesas com auxílio-doença. Elas não precisam passar pelo Congresso e entram em vigor imediatamente.

Segundo técnicos envolvidos nas discussões, o prazo médio do afastamento pelo serviço é de 70 dias. Diante disso, a redução do período do afastamento em si teria pouco impacto para os trabalhadores. Contudo, dependendo do perfil do segurado, o prazo máximo do Atestmed poderá ficar abaixo dos 90 dias.

Estão no alvo trabalhadores desempregados, que estão no período de carência de um ano para solicitar auxílio-doença; autônomos; trabalhadores rurais e contribuintes individuais. Nestes casos, os prazos máximos podem cair para 30 e 60 dias. Levantamento do governo revelou que essas categorias costumam usar o aplicativo com mais frequência.

O Atestmed não permite prorrogação automática: vencido o prazo, o segurado precisa apresentar outro atestado. Nestes casos, o trabalhador também poderá ser encaminhado diretamente para a perícia médica. Hoje isso também não acontece.

O índice de recorrência (que pede com frequência) do aplicativo por trabalhadores empregados é de 25%, em média; dos desempregados, 45%; e dos autônomos, 20%, segundo o estudo.

A concessão do auxílio-doença com Atestmed começou em maio de 2023, e 1,5 milhão de segurados conseguiram a licença remunerada pelo aplicativo. Uma das principais vantagens é que o trabalhador que precisa se afastar do trabalho por motivo de saúde começa a receber benefício rapidamente, sem precisar esperar meses para fazer a perícia e ter o auxílio concedido.

Técnicos do governo explicam que, embora o serviço permita a concessão rápida do benefício, o pedido passa por um rápido batimento de dados, por exemplo, se médico que assina o atestado existe. O documento é baixado e enviado a um banco de dados, podendo ser fiscalizado a qualquer momento.

AUMENTO DE DESPESAS

O gasto com auxílio-doença cresceu de R\$ 27,6

bilhões em 2022 para R\$ 33,4 bilhões em 2023 - alta de 21% em valores nominais, segundo dados oficiais. Em valores reais (acima da **inflação**) de julho de 2024, o aumento foi de 16,2%. Mantida a tendência, a despesa deve atingir R\$ 40 bilhões neste ano.

Para especialistas, como o ex-presidente do **INSS** Leonardo Rolim, a alta dos gastos está relacionada a pagamentos indevidos e fraudes. Técnicos do governo rebatem, alegando que as despesas aumentaram porque a fila caiu com o uso da ferramenta.

Em nota, a **Previdência Social** informou que as mudanças vão preservar as características do auxílio-doença, concebido desde sua origem para ser um benefício de curta duração: "Com o Atestmed, o **INSS** está resgatando o caráter de substituição de renda do **INSS**. É a garantia de sustento, de sobrevivência do segurado. Nos últimos anos, tínhamos tornado esse benefício uma indenização paga em data futura, com direitos retroativos, que geravam despesa imensa ao Estado e deixava o cidadão desassistido num momento de absoluta vulnerabilidade econômica e de saúde fragilizada", afirma a nota.

Veja as mudanças previstas

Prazo menor: O governo vai reduzir o tempo máximo de concessão de licença médica remunerada pelo Atestmed de 180 para 90 dias.

Tempo padrão: Além dessa redução no prazo máximo de concessão, a ferramenta vai enviar automaticamente para perícia presencial os segurados que apresentarem atestado com tempo de afastamento superior ao padrão para recuperação da doença ou acidente.

Fim da renovação pelo aplicativo: Quem precisar de mais tempo de licença médica e necessidade de renovar o benefício terá de fazer a perícia presencial. Atualmente, essa renovação pode ser feita pelo aplicativo com envio de novo atestado.

Diferença por trabalhador: Desempregados em período de carência, autônomos, trabalhadores rurais e contribuintes individuais usam com mais frequência o aplicativo. Nestes casos, os prazos máximos de concessão automática podem cair para 30 e 60 dias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Despesa com BPC e aposentadorias está subestimada em até R\$ 22 bi, para analistas

Jéssica Sant'Ana De Brasília

As despesas com aposentadorias e pensões e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025 devem ficar acima do estimado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), segundo especialistas em contas públicas. Somadas, as duas rubricas estariam subestimadas entre R\$ 17 bilhões e R\$ 22 bilhões, repetindo o que ocorreu neste ano. A projeção mais baixa facilita a elaboração de um Orçamento com meta de déficit primário zero. Ao longo de 2025, porém, a tendência é que o valor tenha que ser corrigido, exigindo o bloqueio de verbas de outras áreas.

O governo prevê gasto de R\$ 1,007 trilhão com benefícios previdenciários em 2025, 9,11% a mais que o reprogramado para este ano no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Já para o BPC (voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), o governo estimou um gasto de R\$ 118,4 bilhões, uma alta de 6,19%. A Warren Investimentos cal-

cuia uma subestimação de R\$ 18,6 bilhões, dos quais R\$ 13,9 bilhões nos benefícios previdenciários e R\$ 4,7 bilhões no BPC. "As despesas com Previdência e BPC estão claramente subestimadas. Isso é um problema grave, porque torna a peça orçamentária pouco realista, sobretudo quando combinado com um volume também otimista, para dizer o mínimo, de receitas atípicas", diz Felipe Salto, economista da Warren e ex-secretário da Fazenda paulista. O BTG Pactual considera que esses dois gastos estão subestimados em R\$ 22 bilhões. Os economistas têm dúvida se o governo conseguirá entregar a economia de R\$ 6,4 bilhões com o pente-fino no BPC e de R\$ 10,5 bilhões na Previdência, conforme o PLOA Na semana passada, o presidente do **INSS**, Alessandra Stefanutto, disse ao Valor que a projeção do governo é crível. "Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [dos cálculos] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo."

Página A4

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1>

§ion=1

Gasto com previdência e BPC está subestimado, defendem economistas

Jéssica Sant"Ana De Brasília

Os gastos com benefícios previdenciários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) devem ficar acima do estimado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, de acordo com economistas especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor. Essas duas rubricas, quando somadas, estariam subestimadas entre R\$ 17 bilhões e R\$ 22 bilhões, repetindo fenômeno que já foi observado neste ano, o que técnicos do governo negam.

A estimativa mais baixa permite que a equipe econômica entregue um Orçamento dentro da meta de déficit zero, mas, ao longo do ano, se confirmado a necessidade de um gasto maior, o valor é corrigido, o que normalmente reflete no bloqueio de verba de outras pastas.

Na peça orçamentária enviada ao Congresso Nacional, o governo prevê que gastará R\$ 1,007 trilhão com benefícios previdenciários no ano que vem, montante 9,11% maior que o reprogramado para este ano no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O número inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o **INSS** e os regimes próprios de **Previdência Social**. Também é do ponto de vista financeiro, ou seja, do fluxo de caixa que será pago ao longo do ano.

Já para o BPC, o governo estimou gastar R\$ 118,4 bilhões em 2025, alta de 6,19%. O BPC, apesar de pago pelo **INSS**, não é um benefício previdenciário. É um auxílio assistencial destinado a idosos e pessoas com deficiência carentes que nunca contribuíram à **Previdência Social**.

O bloqueio de R\$ 11,2 bilhões anunciado em julho nas despesas discricionárias dos ministérios neste ano foi motivado, principalmente, pela expansão dessas duas rubricas acima do orçado no Orçamento. Fato semelhante pode acontecer em 2025, de acordo com economistas ouvidos pela reportagem.

O BTG Pactual projeta que há uma subestimação de R\$ 22 bilhões com esses dois gastos, sendo de R\$ 18 bilhões na Previdência e R\$ 4 bilhões no BPC. Os números já incorporam a economia esperada pelo pente-fino nas duas rubricas.

A XP Investimentos calcula que os valores projetados pelo governo estão R\$ 17,1 bilhões abaixo do devido, sendo que a Previdência gerará uma despesa R\$ 9,77 bilhões maior que o apresentado no PLOA, enquanto no BPC a diferença será de R\$ 7,38 bilhões.

A Warren Investimentos calcula uma subestimação total de R\$ 18,6 bilhões, puxada por Previdência (R\$ 13,9 bilhões) e depois por BPC (R\$ 4,7 bilhões). Já o Banco Inter estima uma defasagem de R\$ 19,6 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões com benefícios previdenciários e R\$ 3,6 bilhões com o auxílio assistencial, mas não leva em consideração a economia anunciada com o pente-fino.

"As despesas com Previdência e BPC estão claramente subestimadas [no PLOA 2025], Isso é um problema grave, porque torna a peça orçamentária pouco realista, sobretudo quando combinado com um volume também otimista, para dizer o mínimo, de receitas atípicas", afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, explica que o principal motivo para a diferença entre a projeção do mercado e a do governo está no fato de o PLOA 2025 usar como base de cálculo a despesa com Previdência e BPC prevista para 2024 no último relatório bimestral, que também estaria subestimada.

Os economistas também têm dúvida se o governo conseguirá entregar a economia de R\$ 6,4 bilhões com o pente-fino do BPC e de R\$ 10,5 bilhões com as medidas ligadas à **Previdência Social**. Essas reduções foram consideradas pelo governo no PLOA 2025.

"No caso do BPC, a estimativa de crescimento total da despesa em 2025 é R\$ 1 bilhão inferior à correção do valor estimado para 2024 apenas pelo salário mínimo. Ou seja, a revisão destes benefícios, estimada em R\$ 6,4 bilhões, teria que ser capaz de neutralizar o crescimento líquido do quantitativo de benefícios, e ir além, cortando um R\$ 1 bilhão do crescimento que viria do valor dos benefícios", explica Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA.

No caso da Previdência, a economia prevista é mais "viável de ser alcançada", na sua avaliação, diante da magnitude total da rubrica. "Mas o crescimento real

dos benefícios está estimado em um patamar bastante tímido, de modo que não seria surpreendente que ao longo da execução a correção da estimativa zerasse os ganhos com a revisão de benefícios", explica Bittencourt.

Já Salto afirma que a revisão de gastos anunciada pelo governo "não é uma revisão". "É combate às fraudes identificadas, o que é dever do Estado, vale dizer. De todo modo, consideramos parte dos efeitos já nas projeções", afirmou o economista-chefe da Warren.

Avaliação semelhante fez Tiago Sbardelotto, economista da XP, em relatório a investidores: "A revisão é totalmente focada em registros e medidas administrativas, mas tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários".

Rafaela Vitória acredita que há espaço para alguma redução de despesa com o pente-fino, considerando a forte aceleração dos benefícios nos últimos 18 meses e os indícios de irregularidades. Mas ela pondera que o governo deve ter "dificuldade em cortar benefícios, considerando as lideranças políticas e a propensão em expandir gastos".

Em entrevista ao Valor na semana passada, um dia antes da entrega do PLOA, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, disse que a projeção do governo para as despesas previdenciárias em 2025 é crível.

"Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [de partida] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo", argumentou na ocasião, dizendo que o resultado do pente-fino será sentido nas contas públicas já a partir de agosto deste ano, quando começará a tendência de "estabilização" da despesa previdenciária.

"Revisão tem pouco efeito no valor médio dos benefícios ou no fluxo de novos beneficiários" Tiago Sbardelotto

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Novas regras do INSS para auxílio-doença

BRASÍLIA

O Ministério da Previdência estuda mudanças para reduzir fraudes e gastos no auxílio-doença (agora chamado de benefício por incapacidade temporária) concedido por meio do Atestmed.

O aplicativo permite ao segurado obter o benefício sem passar por perícia médica presencial: basta enviar pelo aplicativo do **INSS** um atestado assinado por médico particular ou da rede do SUS.

A medida mais ampla é reduzir o prazo máximo do auxílio-doença concedido por meio da ferramenta de 180 dias para 90 dias.

Outra mudança que está sendo avaliada é para os casos em que o afastamento solicitado for superior ao prazo "padrão" para o trabalhador se recuperar daquela doença. Se esse prazo for maior, o segurado será encaminhado automaticamente para perícia presencial.

Por exemplo: uma fratura que exige 45 dias de afastamento e o atestado propuser 90 dias. Nesse caso, o segurado será encaminhado diretamente para perícia médica presencial. Atualmente, o **INSS** aceita o período de afastamento solicitado no Atestmed, independentemente do tipo da doença.

A avaliação, porém, é de que, em determinados casos, o prazo proposto é maior que o estipulado para a recuperação do trabalhador.

As mudanças devem ser anunciadas em 30 dias e têm por objetivo aperfeiçoar o instrumento, diante das críticas sobre suspeita de fraudes por causa do aumento das despesas com auxílio-doença. A medida faz parte do pacote do governo para reduzir gastos.

Segundo técnicos envolvidos nas discussões, o prazo médio do afastamento pelo serviço é de 70 dias. Diante disso, a redução do período do afastamento em si teria pouco impacto para os trabalhadores. Contudo, dependendo do perfil do segurado, o prazo máximo do Atestmed poderá ficar abaixo dos 90 dias.

Estão no alvo desempregados, que estão no período de carência de um ano para solicitar auxílio-doença; autônomos; trabalhadores rurais e contribuintes individuais. Nestes casos, os prazos máximos podem cair para 30 dias e 60 dias.

Levantamento do governo revelou que essas categorias costumam usar o aplicativo com mais frequência. O Atestmed não permite prorrogação automática: vencido o prazo, o segurado precisa apresentar outro atestado. Nestes casos, o trabalhador também poderá ser encaminhado diretamente para a perícia médica. Hoje isso também não acontece.

O índice de recorrência (que pede com frequência) do aplicativo por trabalhadores empregados é de 25% em média; dos desempregados, 45% e dos autônomos, 20%, segundo o estudo.

APLICATIVO Meu INSS: iniciativas do governo visam evitar fraudes e reduzir gastos com a **Previdência Social**

Aposentadoria de PCD - RECLAMAR ADIANTA

Advogada Jeanne Vargas

Sou deficiente auditivo e tenho contribuído para o **INSS**, mas estou há 5 anos sem renda e emprego.

Tenho 36 anos, surdez severa em um ouvido e profunda no outro, mas fui classificado pelo **INSS** como deficiência média. Tenho 10 anos de contribuição e gostaria de entender o processo para planejar minha aposentadoria por PCD.

(Diogo Pereira, Queimados)

Segundo a advogada Jeanne Vargas, especialista em Direito Previdenciário, para reconhecer a aposentadoria de pessoas com deficiência (PCD), o **INSS** aplica critérios específicos, que incluem o grau de deficiência e o tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência. "No caso do nosso leitor, que possui deficiência auditiva classificada como média, são necessários 29 anos de contribuição.

No caso das mulheres, o tempo é de 24 anos", explica.

Jeanne ressalta que, para graus graves, são exigidos 25 anos para homens e 20 para mulheres, enquanto para graus leves, são 33 anos para homens e 28 para mulheres.

"No caso do Diogo, ele possui apenas 10 anos de contribuição, por isso ainda não atende aos requisitos para aposentadoria", destaca.

Existe também a aposentadoria por idade para PCDs, que exige apenas 15 anos de contribuição e uma idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres. "Se a classificação da deficiência pelo **INSS** parece injusta, é recomendável buscar uma reavaliação. Ajustar o grau de deficiência reconhecido pode influenciar diretamente no tempo necessário de contribuição," conclui a especialista.

Entender os critérios e buscar a reavaliação adequada pode ser a chave para garantir o direito à aposentadoria e assegurar condições justas para pessoas com deficiência, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br.

www.reclamaradianta.com.br

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12710/06-09-2024.html>

INSS estuda mudanças para reduzir fraudes e fila

O governo Luiz Inácio Lula da Silva prepara mudanças na concessão de auxílio-doença (agora chamado de benefício por incapacidade temporária) por meio da ferramenta Atestmed, para reduzir fraudes e frear as despesas com o benefício.

O aplicativo permite ao segurado obter o benefício sem passar por perícia médica presencial: basta enviar pelo aplicativo do **INSS** um atestado assinado por médico particular ou da rede do SUS. A medida mais ampla é reduzir o prazo máximo do auxílio-doença concedido por meio da ferramenta de 180 dias para 90 dias.

Em 2024, está prevista uma economia de R\$ 8,5 bilhões com o Atestmed e com a reavaliação de benefícios por incapacidade temporária - a maior parte dos R\$ 10 bilhões que o governo espera economizar neste ano. No próximo ano, a previsão é de um alívio de R\$ 9,4 bilhões com essas duas iniciativas, de um total de R\$ 25,9 bilhões em economia.

Mesmo que a ferramenta facilite a concessão de benefícios, a **Previdência Social** afirma que a concessão virtual é econômica: o segurado não precisa ficar esperando por uma perícia, o que aumenta o prazo de concessão, já que o benefício é retroativo à data do pedido, com as devidas correções.

Outra mudança que está sendo estudada é para os casos em que o afastamento solicitado for superior ao prazo "padrão" de recuperação. Se esse prazo for maior, o segurado será encaminhado automaticamente para a perícia presencial. Por exemplo: uma fratura que exige 45 dias de afastamento e o atestado propuser 90 dias, o segurado será encaminhado a perícia médica presencial.

Atualmente, o **INSS** aceita o período de afastamento solicitado no Atestmed, independentemente do tipo da doença. A avaliação, porém, é que, em determinados casos, o prazo proposto é maior do que o necessário para a recuperação do trabalhador.

As mudanças devem ser anunciadas nos próximos 30 dias e têm por objetivo aperfeiçoar o instrumento, diante das críticas sobre suspeita de fraudes por causa do aumento das despesas com auxílio-doença. Elas não precisam passar pelo Congresso e entram

em vigor imediatamente.

Período de afastamento também deve ser revisto

Segundo técnicos envolvidos nas discussões, o prazo médio do afastamento pelo serviço é de 70 dias. Diante disso, a redução do período do afastamento em si teria pouco impacto para os trabalhadores.

Contudo, dependendo do perfil do segurado, o prazo máximo do Atestmed poderá ficar abaixo dos 90 dias.

Estão no alvo trabalhadores desempregados, que estão no período de carência de um ano para solicitar auxílio-doença; autônomos; trabalhadores rurais e contribuintes individuais. Nestes casos, os prazos máximos podem cair para 30 dias e 60 dias.

Levantamento do governo revelou que essas categorias costumam usar o aplicativo com mais frequência.

PRORROGAÇÃO

O Atestmed não permite prorrogação automática: vencido o prazo, o segurado precisa apresentar outro atestado. Nestes casos, o trabalhador também poderá ser encaminhado diretamente para a perícia médica. Hoje isso também não acontece.

Veja as mudanças previstas:

Prazo menor: o governo vai reduzir o tempo máximo de concessão de licença médica remunerada pelo Atestmed, de 180 dias para 90 dias.

Tempo padrão: a ferramenta vai enviar automaticamente para perícia presencial os segurados que apresentarem atestado com tempo de afastamento superior ao padrão.

Fim da renovação pelo aplicativo: quem precisar de mais tempo de licença médica e precisar renovar o benefício terá de fazer a perícia presencial.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Déficit de R\$ 9,2 bi em julho supera as expectativas do mercado

As contas do Governo Central registraram déficit primário em julho, conforme divulgação realizada ontem, pelo Tesouro Nacional. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 9,283 bilhões.

O resultado sucedeu o déficit de R\$ 38,836 bilhões em junho.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - foi o pior desempenho em termos reais para o mês desde 2023 - a série histórica do Tesouro foi iniciada em 1997. Em julho de 2023, o resultado havia sido negativo em R\$ 35,921 bilhões, em valores nominais.

O resultado negativo do mês passado veio mais intenso do que mediana das expectativas do mercado financeiro. A mediana apontava um déficit de R\$ 7,135 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast, que trazia um intervalo que ia de déficit de R\$ 12,2 bilhões a superávit de R\$ 200 milhões.

O Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou que o resultado divulgado pelo Tesouro viria próximo das projeções e do cálculo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que previa que o déficit primário para o mês fecharia em R\$ 8,5 bilhões.

ACUMULADO

No acumulado do ano até julho, o Governo Central registrou déficit de R\$ 77,858 bilhões, o pior resultado desde julho de 2023. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 79,154 bilhões, em termos nominais.

Em julho, as receitas tiveram alta de 9,5% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado, houve alta real de 8,6%. Já as despesas caíram 6% em julho, já descontada a **inflação**. No acumulado destes sete meses, a variação foi positiva em 7,8%.

Em 12 meses até julho, o Governo Central apresenta déficit de R\$ 233,3 bilhões, equivalente a 2,04% do **PIB**. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

No acumulado dos últimos 12 meses até julho, as despesas obrigatórias somaram 18,3% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias do Executivo alcançaram 1,9% em relação ao **PIB** no mesmo período.

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. A outra é de limite de despesas, que é fixo em R\$ 2,089 trilhões neste ano.

No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em julho, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R\$ 28,8 bilhões nas contas deste ano, equivalentes a 0,25% do **PIB**.

COMPOSIÇÃO

As contas do Tesouro Nacional, incluindo o Banco Central registraram um superávit primário de R\$ 13,173 bilhões em julho, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro.

No ano, o superávit primário acumulado nas contas do Tesouro Nacional (com BC) é de R\$ 142,820 bilhões.

Já o resultado do **INSS** foi deficitário em R\$ 22,456 bilhões no mês retrasado.

No acumulado de 2024 até julho, o resultado foi negativo em R\$ 220,678 bilhões. As contas apenas do Banco Central tiveram déficit de R\$ 327 milhões em julho e déficit de R\$ 596 milhões nos sete primeiros meses de 2024.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

MEIs têm novas regras para emitir notas fiscais; entenda a mudança

Júlia Galvão

Novas regras para emissão de notas fiscais passaram a ser exigidas dos MEIs (Microempreendedores Individuais) desde o último dia 2. O pagamento do tributo deve ser feito até 20 de setembro.

Os microempreendedores devem inserir o CRT 4, Código de Regime Tributário específico do MEI, nas emissões de NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) e NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica).

As mudanças foram implementadas na versão mais recente da Nota Técnica 2024.001, publicada pela Sefaz (Secretaria da Fazenda e Planejamento).

Com a nova mudança, é possível que a **Receita Federal** consiga identificar quando as notas fiscais foram emitidas por um MEI.

"Esse código indica que o emissor da nota fiscal está enquadrado como MEI no regime tributário do Simples Nacional", afirma Antonio Miguel Fernandes, professor do curso de Contabilidade da Faculdade Mackenzie Rio.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo ele, a maioria dos microempreendedores individuais ainda não se adaptaram à formalidade. Assim, com as mudanças, "eles precisarão ser mais organizados, procurando um processo de profissionalização", para indicar o código exato de sua atividade.

O professor aponta ainda que apesar de o MEI ter sido criado para levar a formalidade às pessoas, a informalidade ainda é grande entre esses indivíduos. "Ele foi criado, por exemplo, para as pessoas terem condições de se aposentar, já que contribuem para isso. Esse movimento serve também para identificar MEIs inativos e para que eles possam ser notificados de que terão seus registros cancelados", adiciona.

Além da inclusão do CRT 4, as novas regras também trazem uma atualização na tabela do CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações), sistema que é

utilizado para descrever qual é a natureza da operação que está sendo registrada, ou seja, se a operação descreve uma venda, uma devolução, uma remessa ou algum outro tipo de ação.

Essa atualização tem como objetivo garantir a maior clareza possível nas operações que estão sendo realizadas pelos MEIs. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que o CFOP mais adequado seja selecionado.

1.202: Devolução de mercadoria

1.904: Retorno de remessa para venda fora do estabelecimento

2.202: Devolução de venda de mercadoria (interestadual)

5.102: Venda de mercadoria adquirida

5.202: Devolução de compra para comercialização

5.904: Remessa para venda fora do estabelecimento

6.102: Venda de mercadoria adquirida (interestadual)

6.202: Devolução de compra para comercialização (interestadual)

6.904: Remessa para venda fora do estabelecimento (interestadual)

Para operações de comércio exterior, ativo imobilizado e ISSQN, os seguintes códigos poderão ser utilizados: 1501, 1503, 1504, 1505, 1506, 1553, 2501, 2503, 2504, 2505, 2506, 2553, 5501, 5502, 5504, 5505, 5551, 5933, 6501, 6502, 6504, 6505, 6551 e 6933.

"Uma regra fiscal deve ser cumprida, caso ela não seja cumprida na sua totalidade, a nota emitida por esse MEI não vai ter a validade prevista na legislação atual", explica Fagundes.

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa), ao não cumprir suas obrigações com a **Receita Federal** e com o **INSS**, é possível que o MEI perca uma série de benefícios.

Dentre os benefícios que podem ser perdidos estão

melhores condições para obter crédito em instituições financeiras e comerciais, além de cancelamento do CNPJ. Caso tenha dívidas com a União, elas são encaminhadas para a Dívida Ativa no CPF do titular do MEI.

Para garantir que as emissões estejam em conformidade com as novas regras, é necessário que o MEI observe as seguintes informações em suas notas fiscais:

Dados do emitente (informações básicas com a inclusão do CRT 4)

Dados do destinatário

Descrição dos produtos ou serviços

Impostos

CFOP, que contou com atualizações

Valor total da nota

Chave de acesso

Data de emissão

A NF-e costuma ser utilizada por empresas para registrar transações comerciais entre fornecedores e clientes na modalidade B2B (comércio com comércio).

Ela pode ser emitida por contribuintes de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) em operações de venda de produtos ou prestação de serviços. "Ela é utilizada em operações que exigem um controle mais rigoroso, como vendas a outras empresas", diz Fernandes.

Por outro lado, a NFC-e refere-se à venda ao consumidor final. Essa é a nota que costuma ser utilizada em estabelecimentos comerciais que vendem ao público em geral.

A guia de pagamento do MEI vence todo dia 20 de cada mês. Se a data cair em fim de semana ou feriado, quando não há funcionamento bancário, a DAS-MEI pode ser quitada no dia seguinte, sem nenhum acréscimo de juros e multa.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/meis-tem-novas-regras-para-emitir-notas-fiscais-entenda-a-mudanca.shtml>

Aposentadoria pelo INSS: como entrar com recurso se o pedido for negado?

Por Rayane Moura, g1

Trabalhadores que estão prestes a se aposentar devem seguir as regras da reforma da Previdência. Para quem já solicitou o benefício, mas teve o pedido negado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), é possível contestar o resultado por meio de recurso.

Essa solicitação pode ser feita por qualquer pessoa ou empresa que não concorde com a decisão do **INSS**. Um pedido pode ser recusado por várias razões, incluindo documentação incompleta e erros no cadastro (leia mais abaixo).

A partir da negativa, o trabalhador tem até 30 dias para apresentar o pedido de recurso. Para isso, não é necessário comparecer presencialmente a uma unidade do **INSS**, mas o beneficiário deve ter todos os documentos solicitados em mãos (veja abaixo tudo o que precisa).

??????? O recurso está disponível pelos canais de atendimento:

meu.inss.gov.br; telefone 135; aplicativo Meu **INSS** no Google Play e App Store.

?? Confira o passo a passo para solicitar o recurso:

Entre no Meu **INSS** com o login Gov.br; Clique no botão "Novo Pedido"; Clique na lupa e procure por "Recurso"; Para recurso inicial, selecione a opção "Recurso Ordinário"; Informe os dados solicitados (dados pessoais e do pedido); Na mesma página, anexe o pedido (por escrito, digitado ou formulário), documentos pessoais e documentos que comprovem o vínculo trabalhista e as condições; Por fim, conclua a solicitação.

Para acompanhar a solicitação, basta acessar consultaprocessos.inss.gov.br com o login gov.br. O **INSS** tem o prazo de 30 dias corridos para analisar a solicitação de recurso e dar um retorno para o trabalhador.

No entanto, o **INSS** não costuma cumprir esse prazo, sinaliza Maria Faiock, advogada especialista em direito previdenciário. Por isso, em caso de demora na análise, o ideal é buscar um advogado para tomar as

medidas necessárias para garantir o direito do segurado.

Segundo Faiock, a legislação determina que o prazo de retorno pode ser dobrado se o **INSS** notificar e justificar o motivo do atraso. Porém, na maioria das vezes, mesmo o prazo estendido não é cumprido e o segurado precisa procurar um advogado para entrar com uma ação judicial.

"Hoje são milhares de ações de pessoas que deram entrada na aposentadoria, ou em recursos, mas não obtêm respostas e entram com esse tipo de ação. É uma ação que obriga o **INSS** a concluir a análise, por exemplo, do recurso", explica.

Além de entrar com uma ação, o beneficiário pode registrar reclamação, denúncia, sugestão ou elogio por meio da Central 135 ou plataforma Fala.BR. Vale lembrar que existem dois tipos de recurso:

recurso ordinário: recurso de primeira instância, ou seja, o trabalhador é contra alguma decisão do **INSS** e faz o requerimento deste serviço para pedir a revisão do que foi decidido. recurso especial: recurso de segunda instância, ou seja, quando o segurado é contra a decisão dada pelo **INSS** na primeira solicitação. O pedido é realizado por meio do requerimento do serviço "Recurso Especial ou Incidente (Alteração de acórdão)". Neste caso, deve ser informado o protocolo de recurso inicial.

Para abrir a solicitação de recurso, é obrigatório apresentar:

número do CPF; razões do recurso (apresentar por escrito os motivos pelos quais não concorda com a decisão); documentos que queira apresentar para explicar o recurso.

Se for procurador ou representante legal, também é necessário:

procuração pública e Termo de Responsabilidade ou particular (modelo do **INSS**); termo de representação legal (tutela, curatela ou termo de guarda); documento de identificação com foto (RG, CNH ou CTPS) e CPF do procurador ou representante.

Segundo o **INSS**, todos os pedidos de recursos são

analisados pelo Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS).

Mas por que os pedidos são negados?

Alguns motivos para o **INSS** negar o pedido de aposentadoria são, simplesmente, o envio incompleto da documentação e erros na hora do cadastro, explica a advogada Thayla Oliveira, especialista em direito previdenciário do escritório Gasam Advocacia.

Informações incorretas ou divergentes no cadastro do segurado, como dados pessoais, número de CPF, ou dados de contato, podem resultar em problemas na análise, afirma.

Em outros casos, no entanto, os pedidos podem ser recusados por causa de contribuições por tempo insuficiente, em atraso ou com valores incorretos, explica Oliveira.

Conheça as cinco possibilidades de aposentadoria pelo **INSS**

O advogado Raul Roudasse, também especialista em direito previdenciário, orienta a ter uma atenção especial com a ferramenta do **INSS** que calcula o tempo de contribuição necessário para aposentadoria e o valor do benefício.

Segundo ele, o cálculo é feito com base nas informações que estão na base de dados do instituto, porém, o sistema não consegue identificar erros em vínculos de trabalho ou atividades especiais - como o recebimento por insalubridade ou período militar, por exemplo.

Nesses casos, a análise de um profissional especializado em direito previdenciário é indispensável, diz o advogado, para que ele faça o cálculo manualmente com todos os documentos de vínculo trabalhista guardados pelo segurado.

Em nota enviada ao g1, o órgão afirma que, durante o requerimento de aposentadoria, o cidadão tem acesso a todos os vínculos de trabalho que constam no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), onde é possível editar para inclusão, alteração ou exclusão de períodos pelo trabalhador.

"Quando existem vínculos que necessitam de acertos e que, com eles, os requisitos mínimos para o direito são atingidos, o pedido sai do processamento automático para análise de um servidor. Caso contrário, se considerado todo o tempo informado e, ainda assim, o tempo não for suficiente para concessão do benefício, haverá indeferimento automático", afirma o **INSS**.

LEIA TAMBÉM:

INSS para trabalhadores do lar: veja como contribuir e quais são os benefícios Aposentadoria pelo **INSS**: veja como calcular valor do benefício e tempo de contribuição

Assista:

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/quiz/aposentadoria-pelo-inss-como-entrar-com-recurso-se-o-pedido-for-negado.ghtml>

Governo prepara novo pente-fino no Bolsa Família, com foco em famílias unipessoais

O governo Lula fará um novo pente no Bolsa Família, semelhante ao realizado no início de 2023, com foco nas famílias unipessoais. A operação será realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a partir de janeiro de 2025 e vai abranger beneficiários que moram só, entre 18 anos e 49 anos. Eles representam um universo de 1,3 milhão dos quatro milhões de beneficiários que vivem sozinhos.

Segundo técnicos a par das discussões, há suspeita que entre 400 mil e 500 mil recebem o benefício de forma irregular. Os pagamentos serão suspensos e cancelados no decorrer da revisão. A economia estimada, considerando dados atualizados, ficará na casa de R\$ 4 bilhões, disse um integrante do governo.

Para técnicos do MDS, o contingente de 1,3 milhão na faixa etária entre 18 anos e 49 anos é elevado, considerando o perfil do público beneficiado pelo programa. Ou essas pessoas têm problemas sérios de saúde ou vivem em situação de vulnerabilidade, explicou a fonte.

Benefícios: Governo prevê economizar R\$ 10,5 bilhões no **INSS** e R\$ 6,4 bilhões no BPC em 2025; veja a lista

No início de 2023, o MDS realizou um pente fino no Bolsa Família e suspendeu o pagamento para 1,8 milhão de famílias unipessoais que recebiam o benefício indevidamente. Segundo o ministério, entre novembro de 2021 e julho de 2022, período pré-eleitoral em que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentou a reeleição, foram incluídos no programa 2,4 milhões de beneficiários com perfil unipessoal, totalizando 5,8 milhões em dezembro de 2022.

Além do pente-fino, será editada uma portaria para exigir a visita do assistente social aos domicílios dos novos beneficiários unipessoais para avaliar as condições da família. O cadastro nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de responsabilidade das prefeituras, não será suficiente.

O MDS também continuará fazendo as revisões periódicas mensais para verificar se os beneficiários atendidos continuam dentro dos critérios de renda exigidos pelo programa. Para entrar no Bolsa Família, a renda per capita (por pessoa da família) é de até R\$ 218. Quem consegue um emprego e passa a ter renda

per capita entre R\$ 218 e meio salário mínimo (R\$ 706) continua recebendo metade do benefício por mais dois anos.

Economia em 2025

Na proposta de Orçamento de 2025 enviada ao Congresso, há previsão de uma economia de R\$ 2,3 bilhões com a revisão do Bolsa Família. O orçamento do programa voltaria ao mesmo tamanho de 2023, de R\$ 166,3 bilhões, contra R\$ 168,6 bilhões este ano.

Ao mesmo tempo em que limpa o cadastro de beneficiários, o governo inclui novas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Segundo o ministro Wellington Dias, no total, foram excluídos 3,7 milhões beneficiários, enquanto identificou-se que 4,4 milhões estavam enquadrados no programa e ainda não recebiam. Esses invisíveis estão sendo descobertos em processo de triagem realizado em parceria com o Ministério da Saúde.

Procurado, o MDS não se manifestou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/06/governo-prepara-novo-pente-fino-no-bolsa-familia-com-foco-em-familias-unipessoais.ghtml>

Auxílio-doença do INSS: Governo prepara mudanças no Atestmed. Saiba como vai funcionar

O governo Luiz Inácio Lula da Silva prepara mudanças na concessão de auxílio-doença (agora chamado de benefício por incapacidade temporária) por meio da ferramenta Atestmed, para reduzir fraudes e frear as despesas com o benefício. A medida também ajuda a fechar as contas públicas deste ano e de 2025 dentro das metas fiscais.

O aplicativo permite que o segurado tenha o benefício sem passar por perícia médica presencial: basta enviar pelo aplicativo do **INSS** um atestado assinado por médico particular ou da rede do SUS. Mas o governo prevê reduzir o prazo máximo do auxílio-doença e o período de afastamento concordo pelo **INSS** a partir do tempo solicitado no Atestmed.

As mudanças devem ser anunciadas nos próximos 30 dias. Mas como deverão funcionar, na prática? Tire todas as dúvidas a seguir sobre o auxílio-doença do **INSS** e as alterações previstas:

O que é o Atestmed?

É uma ferramenta que permite aos segurados pedirem o benefício por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, por meio de um atestado assinado por médico da rede do SUS ou particular, sem precisar passar por perícia médica presencial. Basta anexar e enviar os documentos pelo aplicativo "Meu **INSS**". Documentos odontológicos também são aceitos.

Como funciona?

No sistema, os documentos são analisados por um perito para verificar se o segurado e o médico existem. O atestado é baixado e arquivado. Feito o batimento de dados, o benefício é liberado automaticamente.

Qual é a duração máxima do benefício concedido?

A duração máxima é de 180 dias, consecutivos ou não.

É possível pedir a prorrogação do benefício?

O Atestmed não permite prorrogação do prazo. Caso o seguro não tenha se recuperado, pode apresentar

um novo atestado, desde que o prazo total não ultrapasse 180 dias.

Quais mudanças estão em estudo?

O prazo máximo de 180 dias pode cair pela metade. Caso o prazo do atestado requerido fique fora do padrão para o tipo de doença, o trabalhador será encaminhado para perícia médica. Por exemplo: uma fratura que exige 45 dias de afastamento e o atestado propuser 90 dias, o segurado será encaminhado diretamente para perícia médica presencial.

Para algumas categorias (desempregado no período de carência, microempreendedores, autônomos e trabalhadores rurais), o prazo máximo pode cair 30 dias e 60 dias. Em caso de novo pedido, o segurado terá que passar por perícia médica presencial.

Por que o governo quer mudar?

Para fechar brechas e inibir fraudes e pagamentos indevidos. A suspeita decorre do aumento das despesas com o benefício.

Por que o Atestmed permite ao governo economizar e qual é projeção de redução de despesa?

O governo economiza porque o trabalhador passa a receber o benefício rapidamente, sem precisar ficar aguardando por meses a realização da perícia médica. Quando a concessão demora, o segurado recebe o benefício retroativo à entrada do pedido, com juros, mesmo que tenha se recuperado.

Quando as mudanças entram em vigor?

As novas regras devem entrar em vigor dentro de um mês.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/06/auxilio-doenca-do-inss-governo-prepara-mudancas-no-atestmed-saiba-como-vai-funcionar.ghtml>

MEIs têm novas regras para emitir notas fiscais; entenda a mudança (mercado de trabalho)

Júlia Galvão

Novas regras para emissão de notas fiscais passaram a ser exigidas dos MEIs (Microempreendedores Individuais) desde o último dia 2. O pagamento do tributo deve ser feito até 20 de setembro.

Os microempreendedores devem inserir o CRT 4, Código de Regime Tributário específico do MEI, nas emissões de NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) e NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica).

As mudanças foram implementadas na versão mais recente da Nota Técnica 2024.001, publicada pela Sefaz (Secretaria da Fazenda e Planejamento).

Com a nova mudança, é possível que a **Receita Federal** consiga identificar quando as notas fiscais foram emitidas por um MEI.

"Esse código indica que o emissor da nota fiscal está enquadrado como MEI no regime tributário do Simples Nacional", afirma Antonio Miguel Fernandes, professor do curso de Contabilidade da Faculdade Mackenzie Rio.

Segundo ele, a maioria dos microempreendedores individuais ainda não se adaptaram à formalidade. Assim, com as mudanças, "eles precisarão ser mais organizados, procurando um processo de profissionalização", para indicar o código exato de sua atividade.

O professor aponta ainda que apesar de o MEI ter sido criado para levar a formalidade às pessoas, a informalidade ainda é grande entre esses indivíduos. "Ele foi criado, por exemplo, para as pessoas terem condições de se aposentar, já que contribuem para isso. Esse movimento serve também para identificar MEIs inativos e para que eles possam ser notificados de que terão seus registros cancelados", adiciona.

Além da inclusão do CRT 4, as novas regras também trazem uma atualização na tabela do CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações), sistema que é utilizado para descrever qual é a natureza da operação que está sendo registrada, ou seja, se a operação

descreve uma venda, uma devolução, uma remessa ou algum outro tipo de ação.

Essa atualização tem como objetivo garantir a maior clareza possível nas operações que estão sendo realizadas pelos MEIs. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que o CFOP mais adequado seja selecionado.

"Uma regra fiscal deve ser cumprida, caso ela não seja cumprida na sua totalidade, a nota emitida por esse MEI não vai ter a validade prevista na legislação atual", explica Fagundes.

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ao não cumprir suas obrigações com a **Receita Federal** e com o **INSS**, é possível que o MEI perca uma série de benefícios.

Dentre os benefícios que podem ser perdidos estão melhores condições para obter crédito em instituições financeiras e comerciais, além de cancelamento do CNPJ. Caso tenha dívidas com a União, elas são encaminhadas para a Dívida Ativa no CPF do titular do MEI.

Para garantir que as emissões estejam em conformidade com as novas regras, é necessário que o MEI observe as seguintes informações em suas notas fiscais:

A NF-e costuma ser utilizada por empresas para registrar transações comerciais entre fornecedores e clientes na modalidade B2B (comércio com comércio).

Ela pode ser emitida por contribuintes de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) em operações de venda de produtos ou prestação de serviços. "Ela é utilizada em operações que exigem um controle mais rigoroso, como vendas a outras empresas", diz Fernandes.

Por outro lado, a NFC-e refere-se à venda ao consumidor final. Essa é a nota que costuma ser utilizada em estabelecimentos comerciais que vendem ao público em geral.

A guia de pagamento do MEI vence todo dia 20 de cada mês. Se a data cair em fim de semana ou feriado, quando não há funcionamento bancário, a DAS-MEI pode ser quitada no dia seguinte, sem nenhum acréscimo de juros e multa.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/meis-tem-novas-regras-para-emitir-notas-fiscais-entenda-a-mudanca.shtml>

Um PIB com lados bons e ruins

Por Armando Castelar Pinheiro

O crescimento do **PIB** no segundo trimestre deste ano, divulgado esta semana pelo IBGE, veio não só bastante forte, mas também bem acima da projeção mediana dos analistas de mercado. Em relação ao mesmo período em 2023, expansão de 3,3%, contra 2,6% esperados. Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, alta de 1,4%, meio ponto percentual a mais que o previsto. Isso a despeito de o IBGE também ter revisto para cima o desempenho da economia no último trimestre de 2023 e no primeiro deste ano.

Um **PIB** que cresce rápido tem um lado inquestionavelmente bom, especialmente quando, como foi o caso, isso ocorre a despeito do impacto negativo de eventos externos; no caso, as enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram negativamente a economia do Estado, a quarta maior do país. Crescer rápido significa não só uma renda per capita que aumenta mais - no caso, a uma taxa anualizada de 5,2% - como também mais emprego, mais lucro, mais arrecadação tributária etc.

Assim, esse bom desempenho do **PIB** ajuda a explicar o excelente momento por que passa o mercado de trabalho brasileiro. Basta ver que temos hoje a menor taxa de desocupação (6,8%) de toda a série histórica do IBGE, iniciada em 2012. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, vemos que a população ocupada cresceu 2,9%, enquanto o rendimento médio registrou alta de 5,3% acima da **inflação**, gerando uma expansão da massa salarial real de 8,7%.

Forte expansão em um quadro que a economia já parece trabalhar no limite tende a acentuar pressões inflacionárias

Por sua vez, a receita líquida do Governo Central (União, **INSS** e Banco Central) ficou, no primeiro semestre deste ano, 8,7% acima da observada na primeira metade de 2023, sendo que a arrecadação administrada pela **Receita Federal** teve alta de 11,1%, nos dois casos já descontada a **inflação**. Ou seja, um aumento na receita do Governo Central de quase três vezes a já alta taxa de expansão do **PIB**.

Por trás desse forte ritmo de crescimento está a mesma dinâmica observada em trimestres anteriores. Há uma grande expansão dos gastos públicos, incluindo elevadas transferências de renda, o que estimula o consumo das famílias, o que, por sua vez,

gera expansão da produção e do emprego, o que anima os bancos a emprestarem mais, o que alavanca o consumo e realimenta todo o ciclo. Não deveria surpreender, portanto, que o consumo das famílias tenha crescido 4,9% na comparação interanual, enquanto o consumo do governo teve alta de 3,1%, com os dois ajudando a promover uma retomada do investimento, que ficou 5,7% acima do nível atingido no segundo trimestre de 2023, ainda que não muito acima de onde estava em 2010!

Há, porém, pelo menos três elementos do comportamento da economia na primeira metade do ano que geram preocupação.

O primeiro é que o aumento do gasto público tem sido tão forte que, a despeito da impressionante expansão das receitas, o déficit público segue elevado. Assim, no primeiro semestre de 2024 as despesas primárias do Governo Central foram 10,5% mais altas do que um ano antes, já descontada a **inflação**. Isso fez com que o Governo Central registrasse um déficit primário de 1,2% do **PIB** nos sete primeiros meses deste ano, o qual, somado a uma despesa com juros de 7,3% do **PIB**, levou seu déficit nominal no período a 8,5% do **PIB**. É um déficit muito alto, por si só, mas especialmente no contexto de um **PIB** tão forte e um mercado de trabalho tão pujante.

A segunda fonte de preocupação é que a forte expansão do **PIB**, puxada por uma alta ainda mais significativa da demanda doméstica, em um quadro em que a economia já parece trabalhar no limite de sua capacidade atual, tende a acentuar as pressões inflacionárias e a necessidade de apertar ainda mais a política monetária. É um padrão semelhante ao observado nos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-10), quando a forte expansão dos gastos primários - 7,8% ao ano, em termos reais, quase o dobro do **PIB** (4,1% ao ano) - forçou o Banco Central a trabalhar com uma Selic média de 8,5%, já descontada a **inflação**. Ocorre que, ao subir as taxas de juros, também sobem as despesas com juros sobre a dívida pública, que já vem em uma escalada preocupante, tendo aumentado em 0,6% do **PIB** ao mês, em média, este ano.

O terceiro motivo para preocupação é que, ao crescer acima do potencial, e em um quadro de plena utilização de capacidade, é preciso recorrer às importações para fechar as contas. Não por outra razão, a demanda externa contribuiu negativamente para o **PIB** no segundo trimestre deste ano, com as

importações de bens e serviços subindo 14,8% na comparação interanual, contra uma alta de 4,5% nas exportações. Esse padrão de crescimento vem gerando um aumento gradual do déficit em conta corrente. Em que pese ainda seguirmos com contas externas confortáveis, esse pode vir a ser um problema à frente.

Nos próximos trimestres, essas preocupações podem ser mitigadas por um ambiente externo que tende a se tornar mais favorável, com a queda dos juros nas economias desenvolvidas, exceção feita ao Japão, e o enfraquecimento do dólar. Mas, mantida essa dinâmica, vamos enfrentar momentos difíceis à frente. E há riscos no horizonte, começando com as eleições americanas daqui a dois meses.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Site: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/um-pib-com-lados-bons-e-ruins.ghtml>

Estudo da CNC aponta que sobrecarga de imposto vai gerar crise no comércio - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Estudo da CNC aponta que o varejo poderá enfrentar um aumento de tributação em torno de 18%, enquanto o setor de serviços poderá sofrer aumentos que variam de 80% a 230% com a **reforma tributária**. "Isso não apenas dificultará os negócios dos empresários, mas também impactará toda a cadeia que depende desses setores", alertou o economistachefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Felipe Tavares. Ele participou da audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na qual foram discutidos os impactos da **reforma tributária** nos setores de comércio e serviços.

Impacto "severo"

A alíquota combinada dos novos **tributos** pode atingir 27,97%, o que colocaria o Brasil como o país com a maior alíquota de IVA no mundo, superando a Hungria. "A carga tributária mais elevada trará um impacto severo sobre os empregadores com grandes folhas de pagamento, resultando potencialmente em desemprego e informalidade", apontou o economista.

Perda para o turismo

A importância de revisar as alíquotas de tributação aplicadas ao setor de turismo foi também destacada por Tavares. Ele mencionou que bares, restaurantes e hotéis, que são parte fundamental das atividades turísticas, enfrentam uma forte competição internacional. Segundo ele, se os custos no Brasil aumentarem excessivamente, há o risco de que turistas escolham outros destinos, "o que representaria uma grande oportunidade perdida para o país, que possui uma vocação natural para o turismo".

78% dos brasileiros consideram controle de fake news nas redes sociais muito importante

Pesquisa do Instituto DataSenado/IPRI mostra que oito em cada 10 entrevistados acreditam que a disseminação de notícias falsas pode impactar muito os resultados das eleições. E consideram muito importante o controle das fake news nas redes sociais

para garantir uma disputa justa. Os dados são da 21ª edição da pesquisa Panorama Político 2024: Notícias Falsas e Democracia, do Instituto DataSenado, em parceria com o Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI), da FSB Holding. Essa é a maior pesquisa sobre fake news feita no Brasil.

A influência do posicionamento político

O apoio à responsabilização de plataformas de redes sociais pela disseminação de notícias falsas varia de acordo com a posição política. De modo geral, 81% concordam com esse tipo de medida, mas o apoio chega a 95% entre os que se identificam com a esquerda e cai para 65% entre os que se classificam como de direita.

Bares e restaurantes sofrem com alto

endividamento e queda nas vendas Pesquisa realizada pela Abrasel com 2.333 empreendedores do setor de bares e restaurantes em todo o Brasil revela que nos sete primeiros meses de 2024 houve crescimento no número de empresas com dificuldade em reajustar seus cardápios para acompanhar a **inflação**. Em janeiro de 2024, 31% das empresas registraram o problema, mas o percentual subiu para 40% na medição de agosto, representando um aumento de quase 10%. Esse cenário reflete a pressão dos custos crescentes de alimentos e bebidas sobre as margens de lucro dos estabelecimentos.

Audiência no Senado

Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, que participou de uma audiência no Senado na terça-feira para discutir a **reforma tributária**, destacou a urgência de medidas que tragam alívio ao caixa das empresas. Outro dado preocupante é que o nível de endividamento das empresas do setor de bares e restaurantes continua elevado, com cerca de 40% das empresas registrando pagamentos em atraso.

Celebrando a advocacia Os sócios André Santos e Felipe Borba, à frente do Borba Santos Advogados Associados, celebraram uma década de atuação na advocacia, em Brasília. O evento, realizado na

Fazenda Churrascada, reuniu advogados, familiares e o presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Jr, que estava acompanhado do pai, Délio Lins e Silva, e da mãe, Lila Lins e Silva.

"Brasília proporciona autoconhecimento"

Gaúcha radicada em Brasília desde 1979, a artista Naura Timm presta uma homenagem à cidade incorporando aos seus trabalhos elementos naturais característicos da capital brasileira, como cristais, flores secas, conchas, pedras e carvão, que simbolizam a energia e a luz irradiadas na região Centro-Oeste.

"Brasília proporciona autoconhecimento", destaca a pintora, gravadora e desenhista, ressaltando a ressonância entre o ser humano e a vibração profunda dos cristais presentes no solo e na natureza.

Em 13 de setembro, o Espaço Oscar Niemeyer será palco da nova exposição de Naura, intitulada Ressonância, com curadoria de Danielle Athayde.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Combate à sonegação e reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Francisco Zanicotti é procurador-geral do Ministério Público do Paraná e presidente do Grupo de Trabalho de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (GNDOET) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados da União (CNPJG)

Precisamos de um ambiente de negócios que inspire confiança, onde a honestidade seja a norma. Este talvez seja um momento histórico favorável para transformar essa visão em realidade. A **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132/2023) tem predominado no debate político nacional. Embora não seja perfeita, tem potencial para melhorar o sistema tributário, promover justiça fiscal e fortalecer a economia do país.

O alcance desses objetivos, na amplitude que se almeja, exige necessariamente a formação de uma aliança sólida de combate à sonegação fiscal, permitindo tanto a responsabilização e a punição de autores de crimes tributários, especialmente nos casos de fraudes fiscais estruturadas, como a indispensável recuperação de ativos desviados do Estado - lembrando que os **tributos** constituem a principal fonte de custeio de despesas públicas, destacando-se as relacionadas às políticas públicas sociais.

Em última análise, é fundamental reconhecer que a recuperação de **tributos** sonegados garante o ingresso de recursos financeiros e é um meio eficaz para assegurar o financiamento de políticas e serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, em benefício da população.

A sonegação fiscal no Brasil há muito atinge valores elevadíssimos: estima-se que ultrapasse anualmente a marca de R\$ 500 bilhões. Essa realidade extremamente negativa tem se agravado com a crescente prática de fraudes fiscais estruturadas, que envolvem planejamento e estratégias ilícitas sofisticadas, utilizadas para sonegação de **tributos**, lavagem de dinheiro e blindagem patrimonial, além da potencial prática de outros crimes em conjunto.

Ao sonegar e utilizar esquemas de lavagem de dinheiro, uma empresa pode oferecer preços abaixo dos preços da concorrência, reinvestir os recursos ilícitos e aumentar a distribuição de lucros entre os sócios. Isso gera uma vantagem competitiva desleal, contaminando o ambiente de negócios, distorcendo o

mercado e criando barreiras ao empreendedorismo ético, podendo levar ao fechamento de empresas regulares, impedir a abertura de novas e causar sérios danos à sociedade.

Não bastasse isso, há ainda o potencial prejuízo aos investidores, quando se apresentam falsos resultados financeiros em relatórios na Bolsa de Valores. São informações relevantes que reverberam na avaliação do valor de mercado das ações e induzem o comportamento de investidores.

Os crimes tributários constituem-se em uma macrocriminalidade econômica silenciosa que ignora limites geográficos. O combate a essa delinquência do colarinho branco exige enfrentamento estratégico, planejado e coordenado por parte do Estado, que tem o Ministério Público brasileiro como personagem central, ao exercer de forma privativa a titularidade da ação penal pública, presidindo investigações e instaurando processos criminais.

Essa atuação do Ministério Público tem sido exercida no âmbito dos Comitês Interinstitucionais de Recuperação de Ativos (Ciras), presentes em boa parte das unidades federadas, com relevância em casos que exigem a atuação conjunta e cooperação por envolver os interesses de diferentes órgãos de Estado, como a sonegação fiscal. É uma forma de garantir economia de recursos e maximizar a eficiência e eficácia da atividade estatal.

Sensível a essa realidade e atento às mudanças promovidas pela **reforma tributária** aprovada pelo Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJG), entidade que congrega os chefes de todos os Ministérios Públicos do país, criou em maio o Grupo Nacional de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (GNDOET), com a finalidade de aprofundar estudos, realizar eventos, apresentar propostas e articular ações nacionais que fortaleçam a atuação no combate à macrocriminalidade econômica.

A primeira reunião ocorreu em junho, em Belo Horizonte, no ato de encerramento do Encontro Nacional dos Ciras, organizado pelo Comitê de Minas Gerais. A segunda reunião do grupo começou ontem, em São Paulo, durante o IV Encontro Nacional de Promotores de justiça da Ordem Tributária, promovido

pelo Ministério Público paulista.

Portanto, ao mesmo tempo em que a **reforma tributária** é uma oportunidade para aperfeiçoar o sistema fiscal brasileiro, com maior coordenação e colaboração entre os entes federados, também é o momento para se adotar uma estratégia interfederativa capaz de estimular uma maior conformidade tributária, especialmente no que diz respeito às grandes corporações. Nesse contexto, o Ministério Público aproveita o momento e incrementa com ênfase o combate aos crimes tributários estruturados, que causam inúmeros prejuízos à sociedade, à concorrência e aos investidores, articulando o engajamento e o nivelamento nacional na prevenção e repressão a esse quadro de ilicitude.

Francisco Zanicotti é procurador-geral do Ministério Público do Paraná e presidente do Grupo de Trabalho de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (GNDOET) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados da União (CNPJG)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977>

Ineficiência e subsídios custam R\$ 100 bi na conta de luz

Robson Rodrigues De São Paulo

Um estudo feito pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres Energia (Abrace) mostrou que os consumidores brasileiros vão pagar mais de R\$ 100 bilhões em ineficiências e subsídios na conta de luz em 2024, o que coloca o Brasil entre os países com as tarifas mais caras do mundo, considerando a renda per capita.

O valor representa mais de 27% de todo o custo circulante no setor elétrico brasileiro, que totaliza R\$ 366 bilhões. O Brasil tem energia barata e abundante, mas paga uma das contas de luz mais caras do mundo, perdendo para países de baixa renda, como Senegal, Chade, Cabo Verde, Quênia, Filipinas, Nicarágua, entre outros, aponta o levantamento da Abrace.

Os dados fazem parte do "índice Brasil do Custo da Energia", projetado pela Abrace. Para chegar a este valor, a entidade mapeou todos os reajustes feitos na tarifa até o fim de agosto e para o futuro foi feita uma projeção. Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, destaca a urgência de debater estes problemas do setor.

"Esses R\$ 100 bilhões não precisariam estar na conta de luz. 34% do preço de uma camiseta é custo de energia, 33% litro de leite é energia (...). A indústria brasileira está parada há uma década, mas o consumo dobrou. Isso significa que estamos importando o que poderíamos estar produzindo aqui", analisa.

Além dos custos com a geração, transmissão e distribuição de energia, há custos decorrentes de encargos para financiar políticas públicas e **tributos**. Um exemplo são os encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2024 a CDE deverá repassar quase R\$ 33 bilhões em encargos para a tarifa dos consumidores, além de subsídios ao setor de geração distribuída (pequenas geradoras particulares de energia), que somam R\$ 4,3 bilhões.

No entanto, a Abrace aponta ineficiências ocultas que ultrapassam R\$ 63 bilhões ao ano, como energia mais cara contratada compulsoriamente no mercado regulado (que é atendido pelas distribuidoras), iluminação pública, gastos relacionados a perdas não técnicas, receitas irrecuperáveis, pesquisa e

desenvolvimento (P D) e ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Pedrosa defende que a CDE passe a ser paga pelo Tesouro Nacional, em vez de recair sobre o bolso dos consumidores de energia. Já a analista de energia da Abrace, Natália Moura, cita a tarifa da energia da usina de Itaipu Binacional, capturada para promover uma série de custos não relacionados ao setor elétrico.

Hoje o setor elétrico brasileiro encontra-se com sua pauta tomada pelo Congresso Nacional, que vem inflando subsídios à tarifa. No entanto, ao passo que o governo se diz preocupado com o custo da energia no Brasil, há uma série de decisões a serem tomadas nas mãos do Ministério de Minas e Energia (MME), mas que estão travando o setor.

O projeto de lei (PL) da modernização do setor elétrico está há mais de um ano parado, não há ainda uma indicação de nome para ocupar uma vaga na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a negociação com o Paraguai sobre o Anexo C de Itaipu, que trata das bases financeiras da usina hidrelétrica, segue parada, entre outros, fatores que contribuem para ineficiências do setor.

Um dos pontos mais críticos da dificuldade de governança é o Congresso Nacional ditando as regras e promovendo mais custos ao setor. O exemplo mais recente foi que os senadores aprovaram em plenário nesta quarta-feira um "jabuti" sobre o setor de geração distribuída incluído na última hora no PL do Combustível do Futuro.

A emenda amplia de 12 meses para 30 meses o prazo para início da injeção de energia por minigeradores. "A captura pelo universo político da formulação de políticas públicas é enorme (...). Essa influência política dificultou o próprio funcionamento das instituições, diz Pedrosa.

"Esses R\$100 bilhões não precisariam estar na conta"

Paulo Pedrosa

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Déficit primário do governo central cai para R\$ 9 bi em julho

Brasília - Sem o impacto da antecipação do 13º salário a aposentados e pensionistas, as contas do governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) fecharam julho com déficit primário de R\$ 9,283 bilhões. O valor representa queda real (descontada a **inflação**) de 75,3% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Apesar da retração, o resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras.

Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 7,3 bilhões em julho.

Nos sete primeiros meses do ano, o governo central registra déficit primário de R\$ 77,858 bilhões. Em valores corrigidos pela **inflação**, o montante é 5,2% inferior ao do mesmo período do ano passado, quando havia déficit primário de R\$ 79,154 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo, para o governo central.

No fim de julho, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R\$ 28,8 bilhões para o governo central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do **PIB**. O valor equivale exatamente a margem de tolerância de déficit de 0,25 ponto percentual do **PIB**.

Mesmo com a arrecadação recorde neste ano, o governo congelou R\$ 15 bilhões do Orçamento.

Dos R\$ 15 bilhões congelados, R\$ 11,2 bilhões foram bloqueados para não descumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal e R\$ 3,8 bilhões foram contingenciados (cortados temporariamente), para não estourar a margem de tolerância das regras fiscais.

Receitas - Na comparação com julho do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas despencaram por causa da diferença de calendário do décimo

terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**). No último mês, as receitas líquidas subiram 14,5% em valores nominais. Descontada a **inflação** pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9,5%. No mesmo período, as despesas totais caíram 1,8% em valores nominais e 6% após descontar a **inflação**.

O déficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em julho. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de **tributos**), houve alta de 15,5% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a **inflação**.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provocada pelo aumento do lucro de grandes empresas; da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), decorrente da recomposição de **tributos** sobre os combustíveis e da recuperação da economia; e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

Despesas - Quanto aos gastos, o principal fator de queda mensal foram os gastos com a **Previdência Social**, que caíram R\$ 21,2 bilhões descontada a **inflação**, principalmente devido à diferença nos calendários de pagamentos do 13º da **Previdência Social**. No ano passado, o adiamento foi feito de maio a julho. Neste ano, ocorreu de abril a junho.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo (que engloba os programas sociais) subiram R\$ 4,12 bilhões acima da **inflação** em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Também subiram gastos com créditos extraordinários para o Rio Grande do Sul (+R\$ 2,81 bilhões) e R\$ 6,9 bilhões para a saúde. (ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Desafios para a regulação

Fonte de desenvolvimento econômico e de transformação social, o setor de mineração brasileiro passa por desafios na Justiça que vão desde a responsabilidade por impactos ambientais até a solução para processos litigiosos no exterior.

O CB Debate convidou juristas para debaterem essas e outras questões.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou que o setor mergulha em um novo contexto, com aspectos emergentes como a sustentabilidade e os direitos dos povos tradicionais e das comunidades locais, que passam a ser objeto de tutela jurídica. "Da mesma forma que a segurança jurídica aplicável ao aproveitamento mineral evoluiu, também questões relacionadas à preservação ambiental, direitos de povos tradicionais e comunidades locais adquiriram uma nova dimensão, representando interesses legítimos merecedores da tutela jurídico -administrativa", destacou.

O direito minerário do Brasil é responsável por instruir sobre quais são os direitos e deveres que o Estado e empresas privadas têm diante dos compromissos com a preservação do meio ambiente. Mendes ressaltou que a preocupação se voltou para as questões sustentáveis.

O magistrado comentou sobre o julgamento do STF, de maio de 2023, que suspendeu a regra que presume a legalidade do ouro adquirido e a boa-fé da pessoa jurídica que o adquiriu.

A medida leva em conta, entre outros aspectos, o combate ao garimpo ilegal na Amazônia e em terras indígenas.

"O Supremo, certamente, está atento a essa realidade. No ano passado, por exemplo, nos deparamos com sérios problemas envolvendo as populações indígenas, situações que evidenciaram total abandono pelo Estado brasileiro", disse.

No evento, Gilmar Mendes citou a responsabilidade do poder público em autorizar e licenciar áreas que podem ser exploradas pelo mercado de mineração. Ele também chamou atenção para medidas que possam minimizar o impacto ambiental. "Nesse cenário, verificamos que a norma impugnada permitia que o ouro extraído de forma ilegal acabasse sendo escoado com a aparência de licitude, embora deixando um rastro de poluição e violência para trás. A

primeira providência foi tentar entender melhor o quadro fático jurídico solicitando informações aos órgãos governamentais envolvidos na cadeia", afirmou o ministro.

Ao comentar a fala de Gilmar Mendes sobre exploração fora da lei, o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, esclareceu que a mineração não tem nenhuma relação com casos de garimpo ilegal em terras indígenas.

"Quando ele se refere ao desflorestamento que está articulado à mineração do ouro, eu queria deixar bem claro que não está se falando de mineração, está se falando sobre garimpo ilegal.

Quem está por trás do garimpo ilegal é o crime organizado, com o narcotráfico, com o contrabando, com a lavagem de dinheiro", disse.

Economia O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, afirmou que a segurança jurídica é a própria razão da existência do estado e é um dos pilares fundamentais para o funcionamento da democracia. De acordo com o jurista, a segurança jurídica permite o funcionamento não só das atividades da área de mineração, mas, sim, de toda a economia da sociedade.

"Não se pode fazer nenhuma análise de termos jurídicos de importância econômica singular como a mineração sem ter em vista o que é a segurança jurídica.

Segurança é, na verdade, a própria razão de ser o direito.

O direito busca Justiça e busca segurança. Se nós buscarmos os filósofos políticos, eles sempre indicam que passamos do estado de natureza para a comunidade política para obter segurança.

Segurança de várias espécies", destacou.

Segundo Gonet, a segurança jurídica determina que o poder público também esteja sujeito às regras da sociedade. "O Estado também segue as normas, ele também se submete a elas, respeita as normas.

E respeitar as normas é manter-se em vigor. Não existe direito se não há estabilidade, se não há continuidade. O direito projeta-se para o futuro", disse Gonet.

Para o procurador-geral, uma das balizas da segurança jurídica é a norma de transição, que permite que a sociedade se adapte a mudanças que afetam diversos setores. Ele apontou que o Estado deve ter compromisso com a estabilidade e evitar mudanças drásticas. "O compromisso com a estabilidade, com as promessas que o poder público faz, não pode deixar de ser atendido. Não só pelos motivos éticos, mas pelo motivo jurídico. Motivo esse que ganha nome de segurança jurídica", concluiu.

Raízes históricas O ministro aposentado Nelson Jobim, ex-presidente do STF e ex-ministro da Defesa, abordou a judicialização em razão do apequenamento da política.

"Essa judicialização veio do sistema de separação dos Poderes e a adoção do judicial começou a encolher. A nova legislação dos governos pela constitucionalidade dos direitos sociais econômicos, os últimos acordos dos grupos de interesse de oposição política, com o objetivo de provocar a concretização e modificação de programas políticos e poder", disse.

Jobim avaliou que o Brasil falha em estabilidade jurídica. "Nós não temos segurança jurídica. Na medida em que você se auto atribui ao Poder Judiciário, há possibilidade de dar soluções de conveniência do problema, em vez de soluções na sentença em relação à aplicação da lei", apontou.

O ministro aposentado relacionou a divisão de poderes com a segurança jurídica, tema também analisado por Gilmar Mendes em sua fala no evento. Jobim afirmou que o Judiciário deve se conter na resolução de conflitos.

"Temos que pensar muito bem nessa extrapolação. Extrapolação em que é necessário, no meu ponto de vista, que o poder Judiciário volte claramente ao princípio de não-contenção para exatamente evitar essa extrapolação difícil. Ou seja, ter mais segurança jurídica", disse.

-

O Estado fomenta a competitividade

As mudanças econômicas e sociais no mundo exigem um novo modelo de indústria - baseada em sustentabilidade e capaz de solucionar desafios estratégicos no Brasil. Por exemplo, reduzir a dependência de insumos e tecnologias estrangeiras, garantir a segurança alimentar e enfrentar a mudança do clima. A posição foi defendida ontem pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

(Mdic), Márcio Elias Rosa, durante o CB Debate.

Representando o vice-presidente e chefe do Mdic, Geraldo Alckmin, Rosa defendeu a política de neointustrialização implementada pela pasta. Um dos preceitos é simplificar. "A Nova Indústria Brasil (NIB), essa política industrial que temos hoje é baseada na ideia de que é preciso melhorar o ambiente de negócios para que quem produz tenha, aqui e lá fora, competitividade", citou o secretário. Uma das ferramentas mais recentes nesse sentido, disse, é a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória, lançada em 21 de agosto pelo Mdic. Citando como exemplo a indústria mineral, Rosa destacou que os empreendedores brasileiros conseguiram ter alguma competitividade no cenário externo apesar das dificuldades nos últimos anos. "Talvez porque tenha uma escala muito grande, mas o ambiente regulatório, o ambiente de negócios, não favorece nem a segurança jurídica nem a competitividade", pontuou.

A mineração é um dos três principais setores da economia brasileira, e responsável por cerca de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Gera cerca de 220 mil empregos diretos e 2,2 milhões de postos indiretos de trabalho. Além disso, em 2023 representou US\$ 43 bilhões em exportações, 32% do total do saldo positivo.

O secretário também comentou o cenário atual para a indústria.

Em sua visão, não basta apenas atualizar as fábricas já existentes, mas sim investir em modelo completamente novo. "Por que nós chamamos de neointustrialização e não reindustrialização, como se faz até hoje? Porque o mundo mudou, e o futuro nos impõe uma nova indústria, baseada na sustentabilidade.

Não mais o restabelecimento ou reconfiguração do parque industrial que o Brasil um dia teve, é a nova indústria.

Ou nós nos habilitamos para esse futuro com sustentabilidade, ou a gente perde essa grande oportunidade histórica", explicou Rosa.

Para ele, o Brasil, de fato perdeu, no passado, para gigantes como a China e os Estados Unidos. Na lógica anterior, a Ásia concentrou a grande maioria da manufatura mundial com uma mão de obra consideravelmente mais barata, mas também com grande intervenção dos governos. "Lá se permite que o Estado desenvolva formas de estímulo muitas vezes não compatível com o direito concorrencial. Nessa competição, o Brasil sempre perderia, como de fato vinha perdendo", apontou o secretário.

Porém, com o crescimento da preocupação com as mudanças climáticas, o Brasil tem uma nova janela de oportunidade.

"Onde é mais fácil, mais barato e onde é sustentável?

Onde se faz mais com sustentabilidade?", disse.

Finalmente, o secretário destacou que a NIB tem como foco o resultado. "A política industrial não pode ser a política para a indústria. Eu receio estar certo no que eu vou dizer, porque não é bom. Mas as políticas industriais que não deram certo no Brasil estavam menos focadas no resultado e mais focadas na própria indústria", concluiu Rosa.

"Da mesma forma que a segurança jurídica aplicável ao aproveitamento mineral evoluiu, questões relacionadas à preservação ambiental, direitos de povos tradicionais e comunidades locais adquiriram uma nova dimensão" Gilmar Mendes, ministro do STF

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Índice caiu em agosto, aponta CNC

Pelo segundo mês consecutivo, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registra queda do endividamento das famílias brasileiras.

O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer diminuiu para 78% em agosto, abaixo dos 78,5% observados em julho, mas ainda superior ao índice de 77,4% registrado em agosto do ano passado.

Segundo a CNC, o resultado reflete uma cautela crescente das famílias em relação ao uso do crédito. Apesar dessa redução do endividamento geral, o número de famílias que se consideram "muito endividadas" aumentou para 16,8%.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o comportamento recente do endividamento está diretamente ligado ao cenário macroeconômico.

"O resultado do **PIB**, que apontou um crescimento de 1,4% no segundo trimestre, superou as expectativas, mas também revelou um ambiente econômico ainda desafiador.

O alívio do endividamento é positivo, mas precisamos considerar que os juros elevados e a recuperação econômica lenta ainda geram incertezas para as famílias brasileiras", ressalta Tadros.

Inadimplência

Em relação à inadimplência, o percentual de famílias com dívidas em atraso se manteve estável em 28,8% pelo terceiro mês consecutivo, permanecendo ligeiramente abaixo do registrado em agosto de 2023. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas atrasadas subiu para 12,1%, um indicativo de que, mesmo com a estabilização no número de contas em atraso, as dificuldades financeiras permanecem.

Além disso, o percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias aumentou para 48,6%, o maior desde março de 2020.

"O percentual médio de comprometimento da renda foi de 29,6% em agosto, demonstrando que as famílias estão buscando manter suas finanças sob controle,

mas precisam alongar os prazos e lidar com juros altos, o que complica a situação", explica o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18055>

Previdência pode levar a um novo bloqueio no Orçamento

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que pode haver um novo bloqueio de despesas no Orçamento deste ano em decorrência de pressão adicional com gastos previdenciários. Os bloqueios são acionados quando os gastos obrigatórios (como aposentarias) sobem acima do esperado.

Se confirmado, o novo bloqueio deverá constar do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas que será divulgado pela equipe econômica no próximo dia 22. Segundo Ceron, um novo bloqueio no próximo relatório não sofrerá tanta pressão como observado na divulgação do último documento, em 22 de julho - quando Haddad anunciou um congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas, sendo bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões (mais informações nesta página).

Já em relação ao contingenciamento, acionado quando há frustração de receitas, o secretário disse que alguns fatores apontam para melhora na projeção de arrecadação. Apesar de algumas medidas arrecadatórias aprovadas no ano passado não estarem trazendo o resultado esperado, ele afirmou que a atividade econômica forte e os recursos com concessões podem ajudar a compensar o cenário.

O secretário reiterou, no entanto, que, se forem necessárias novas medidas para assegurar o cumprimento da meta de resultado primário de déficit zero, elas serão apresentadas.

REVISÃO DE GASTOS. A meta do governo para este ano e para 2025 prevê zerar o déficit das contas públicas. Como a meta tem uma banda (intervalo de tolerância) de 0,25 ponto porcentual do **PIB** para cima ou para baixo, o governo pode cumpri-la desde que não exceda o piso da banda - no caso, um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Com a equipe econômica sob pressão para apresentar propostas de corte de gastos, Ceron reforçou que 2025 será o ano em que o governo olhará com mais foco e atenção para as despesas, e afirmou que medidas adicionais para reforçar as receitas serão "pontuais" para atingir o equilíbrio. "Estamos no triênio mais forte de crescimento econômico em mais de uma

década, com desemprego na mínima histórica, investimento retomando. (As) coisas estão dando certo, agora é hora de ajuste fino, processo mais difícil já foi", disse ele, ao ser questionado sobre a avaliação de parlamentares de que não há mais espaço para o governo avançar na agenda arrecadatória.

Ceron afirmou ainda que o governo espera fechar o ano com um patamar de receitas primárias que chegará a "18,5%, 18,6% ou 18,7%" do **PIB** - o que, segundo ele, está longe de destoar do histórico das contas públicas no País, com arrecadação de até 20% do **PIB**.

Ceron disse ainda que os questionamentos sobre a necessidade de o governo mirar o centro da meta de déficit fiscal zero - e não a sua banda inferior, que permite um déficit de até R\$ 28,8 bilhões - evidenciam a evolução no debate sobre as contas públicas, já que no início do ano a discussão era sobre o cumprimento ou não do centro do alvo fiscal.

"Estamos no ciclo mais forte de crescimento em mais de uma década. É hora de ajuste fino" Rogério Ceron
Secretário do Tesouro

Cardápio

Ferramentas para o controle das contas

Contingenciamento

Consiste do congelamento de despesas do governo quando há frustração de receitas, com o objetivo de assegurar o cumprimento da meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

Em julho, no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o Ministério da Fazenda anunciou o congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos do Orçamento de 2024, dos quais R\$ 3,8 bilhões foram contingenciados

Bloqueio

É realizado para o cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios (caso das aposentarias, por exemplo), o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e

investimentos) para compensar. No relatório bimestral de julho, o governo bloqueou R\$ 11,2 bilhões em despesas previstas inicialmente no Orçamento de 2024

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Previdência pode levar a novo bloqueio no Orçamento este mês

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que pode haver um novo bloqueio de despesas no Orçamento deste ano em decorrência de uma pressão adicional com gastos previdenciários.

O próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas será divulgado pela equipe econômica no dia 22 de setembro.

Os bloqueios são acionados quando os gastos obrigatórios (como aposentarias, por exemplo) sobem acima do esperado. Segundo Ceron, um novo bloqueio no próximo relatório não sofrerá tanta pressão como observado na divulgação do último documento, no dia 22 de julho - quando Haddad anunciou um congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas, sendo bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões (veja diferença abaixo).

Já em relação ao contingenciamento, acionado quando há frustração de receitas, o secretário disse que alguns fatores apontam melhora na projeção de arrecadação.

Ele afirmou que, apesar de algumas medidas arrecadatórias aprovadas no ano passado não estarem trazendo o resultado esperado, a atividade econômica robusta e recursos com concessões podem ajudar a compensar o cenário.

O secretário disse, no entanto, que se forem necessárias novas medidas para manter a previsão de cumprimento da meta de resultado primário de déficit zero, elas serão apresentadas. Ele evitou dar detalhes e disse que ainda é "cedo" para antecipar novas soluções.

DIFERENÇAS Qual a diferença entre bloqueio e contingenciamento? No contingenciamento, o governo congela despesas quando há frustração de receitas, a fim de cumprir a meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Para este ano e para 2025, a meta é de zerar o déficit das contas públicas.

Como a meta tem uma banda (intervalo de tolerância) de 0,25 ponto porcentual do **PIB** para cima e para baixo, o governo cumpre a meta desde que não extrapole o piso da banda - ou seja, um déficit de R\$

28,8 bilhões.

Já o bloqueio é realizado para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios (como aposentarias, por exemplo), o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para compensar.

Ceron reforçou que 2025 será o ano em que o governo olhará com mais foco e atenção as despesas, e afirmou que medidas adicionais pelo lado da receita serão "pontuais" para atingir o processo de equilíbrio.

"Estamos no triênio mais forte de crescimento econômico em mais de uma década, desemprego já está na mínima histórica, investimento retomando, coisas estão dando certo, agora é hora de ajuste fino, processo mais difícil já foi", respondeu ele, ao ser questionado sobre a avaliação de parlamentares de que não há mais espaço para o governo avançar na agenda arrecadatória. "Parlamentares são legítimos para discutir isso. Ouvimos ponderações com naturalidade, cabe a nós explicar", disse Ceron. Ele ponderou que o governo espera fechar o ano com um patamar de receitas primárias que chegará a "18,5%, 18,6% ou 18,7%" do **PIB**, - que, segundo ele, está longe de destoar da história brasileira, que já chegou a ter arrecadação na casa de 20% do **PIB**.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

"Há forte compromisso em atingir meta", diz Guillen

I ALINE BRONZATI/NOVA YORK

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse ontem que a visão do Comitê de Política Monetária (Copom) não mudou e que o objetivo é fazer o que for necessário para convergir a inflação à meta, de 3% ao ano.

"Há forte compromisso da política monetária para atingir a meta da inflação", disse ele, por videoconferência, em evento organizado pelo UBS/UBS BB.

"Faça o que tiver de ser feito, e a credibilidade vem", acrescentou Guillen, ao ser questionado se as ações do BC no ciclo atual têm o objetivo de gerar maior credibilidade entre os agentes de mercado.

Segundo operadores, as declarações do diretor do BC foram interpretadas como um indicativo de alta da Selic, o que ajudou a derrubar o dólar ontem.

A moeda fechou em queda de 1,22%, a R\$ 5,57.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Abono e Simples podem ter novo modelo

Lu Aiko Otta De Brasília

A área econômica do governo discute uma nova configuração para programas que dão apoio ao trabalhador, como o seguro-desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o abono salarial. Busca-se um novo desenho que dê mais visibilidade ao apoio prestado por essas políticas e ao mesmo tempo crie estímulos para que o beneficiado ingresse no mercado de trabalho e busque aumentar sua produtividade.

Uma hipótese em discussão é: em vez de pagar o abono salarial uma vez por ano, como é feito hoje, o trabalhador receber um adicional mensal como prêmio por assiduidade.

Esse é um exemplo do trabalho de revisão de gastos que a equipe econômica quer deflagrar com mais força logo após as eleições municipais, disse ao Valor o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães. A discussão e aprovação de medidas que ajudem a conter as despesas são agenda prioritária em 2025.

Também estão na mira programas como o Simples Nacional e o Fundeb (fundo da educação básica). Há discussões ainda sobre como alterar o critério de correção de despesas atreladas à **inflação** ou ao crescimento das receitas - o que é incompatível com o arcabouço fiscal.

No caso das políticas de apoio ao trabalhador, o redesenho dos mecanismos de apoio está em discussão, disse o secretário. Ele avalia que o momento é propício a esse debate, pois o desemprego está em seus mínimos históricos, a massa salarial está em alta e o salário mínimo, em patamar elevado. É um cenário em que será necessário atrair mais pessoas para o mercado de trabalho e aumentar a produtividade.

A economia de recursos com o redesenho dessas políticas ocorreria com a unificação da gestão dos vários programas. Além disso, seriam eliminados pagamentos feitos de maneira sobreposta. Isso poderia atingir aquela pessoa que recebe recursos de dois programas que têm objetivo semelhante, por exemplo.

No entanto, uma premissa da revisão de gastos é não retirar direitos. Além disso, o trabalho é feito com cautela para evitar a judicialização, pois isso poderia

custar até mais caro ao governo, em caso de derrota nos tribunais.

A integração de políticas públicas, como se pretende fazer com os programas ao trabalhador, é um dos eixos da revisão de gastos. Outro eixo, já conhecido, é a revisão vertical, com a qual o governo pretende economizar R\$ 25,9 bilhões no ano que vem ao eliminar pagamentos indevidos de benefícios sociais.

Um eixo que deve ganhar impulso em 2025 é o de modernização das vinculações. Segundo Guimarães, cerca de 70% das despesas que estão no orçamento federal são corrigidas de forma automática conforme o crescimento da arrecadação ou pela **inflação**. A ideia é desacelerar o avanço de alguma delas.

Um exemplo é o Fundeb, cujo crescimento vem causando alarme na equipe econômica. Os repasses ao fundo passaram de R\$ 32,8 bilhões em 2022 para R\$ 47,8 bilhões em 2024 e R\$ 54 bilhões em 2025. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, tem pontuado que esses gastos crescentes são direcionados à educação básica num momento em que o número de crianças está diminuindo. Além disso, não há melhora nos rankings que medem a qualidade da educação.

Os repasses ao Fundeb avançam exponencialmente porque são determinados, em parte, pelo desempenho das receitas do governo federal, que têm apresentado forte crescimento. O que se discute é corrigir os valores por outro critério, como o limite de despesas do arcabouço ou como uma proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Por qualquer outro critério, os repasses por aluno seguiriam em alta, comentou o secretário. Isso porque o número de estudantes está diminuindo.

As idéias em debate são, por exemplo, criar algum critério de meritocracia ou desempenho do aprendizado para os repasses.

Outra possibilidade é redirecionar parte dos repasses do Fundeb para as despesas discricionárias do próprio Ministério da Educação. Ou ainda usar parte do dinheiro para reforçar o programa Pé-de-Meia (que incentiva a frequência do aluno).

No eixo de revisão de gastos tributários, está em funcionamento um grupo de trabalho cujo objetivo é propor uma reforma do Simples Nacional. Trata-se do

maior gasto tributário, estimado em R\$ 125 bilhões este ano. É, porém, um tema difícil de ser negociado com o Congresso.

Uma ideia em discussão é conter o aumento do limite de enquadramento das empresas no programa, que está em R\$ 4,8 milhões de faturamento anual. Outra é criar estímulos para que a empresa possa crescer, e não seja dividida de forma artificial para "caber" no programa. Ainda não há decisão sobre quais medidas serão propostas, informou Guimarães.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1)**

Importação segue em alta e sinaliza superávit menor

Estevão Taiar e Marta Watanabe De Brasília e São Paulo

A balança comercial mostrou em agosto queda nas exportações e avanço das importações, que nos últimos meses mostram mais claramente aceleração acima do esperado inicialmente pelos especialistas. O quadro traz expectativa de superávit comercial menor para 2024, mas ainda assim robusto e com contribuição positiva no balanço de pagamento.

A balança comercial encerrou agosto com superávit de US\$4.83 bilhões, resultado de US\$ 29,1 bilhões em exportação e US\$ 243 bilhões em importações, segundo divulgação a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). A receita com embarques caiu 6,5% e a importação avançou 13% contra igual mês de 2023.

No acumulado de janeiro a agosto, o superávit alcançou US\$54,1 bilhões. As exportações somaram US\$ 227 bilhões e ainda cresceram 1,1%, mas em ritmo menor que as importações, que alcançaram US\$ 172,924 bilhões e avançaram 6,6%, sempre contra igual período de 2023.

Abaixo do esperado, o superávit de agosto contribuiu para a revisão das projeções para os próximos meses, devido ao "maior ímpeto das importações", aponta Gabriela Faria, economista da Tendências Consultoria. A projeção da consultoria para o superávit comercial em 2024 passou de US\$87,1 bilhões para 74,6 bilhões. A Secex projeta superávit de US\$ 792 bilhões para este ano.

"Mesmo considerando a redução das cotações de bens intermediários e de consumo, os volumes comprados do exterior devem continuar positivos, beneficiados pelo aquecimento da demanda interna. O maior consumo tem impulsionado a produção industrial, sobretudo de bens de consumo duráveis e de capital, influenciados pela continuidade do aumento da massa de renda e da melhora das condições financeiras das famílias", aponta a economista.

Herlon Brandão, diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, diz que o crescimento das importações "está acelerando" ao longo do ano, em um movimento "disseminado" e "relacionado com o aumento da renda e da produção nacional". Uma das boas notícias, destacou, tem sido o aumento da compra de bens decapitais, que significa "contratação

de investimento futuro".

"A alta da importação pode ser ainda mais acelerada pelos sinais positivos de atividade", diz Welber Barrai, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior. Ele destaca a importação de insumos e de máquinas e equipamentos no período de janeiro a agosto. Pelos dados da Secex, o valor da importação de bens de capital cresceu 18% de janeiro a agosto, com alta de 22,1% em volume, contra iguais meses de 2023. As compras externas de bens intermediários avançaram 2,5% em valor e 13,6% em volume. "Isso está relacionado fundamentalmente com o crescimento do PIB, mas deve ter impacto no saldo comercial no final do ano."

A expectativa é de saldos menores nos próximos meses, avalia Welber Barrai. Para o sócio da BMJ, o superávit em 2024 deve ser "de pelo menos US\$ 80 bilhões, resultado favorável ao balanço de pagamentos".

Os dados da Secex apontam também alta de 28,9% na importação de bens de consumo no acumulado até agosto. O dado, lembra José Augusto de Castro, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (ALB), foi muito impulsionado no primeiro semestre por veículos vindos da China, com desembarques antecipados em razão do calendário de aumento da tarifa de importação, embora já tenha perdido força em julho e agosto.

Dados da Secex mostram que em junho a importação de veículos chineses atingiu US\$ 1,44 bilhão, mas em julho e agosto caiu para US\$ 102,2 milhões e US\$ 138,8 milhões, nessa ordem.

"Claramente as importações como um todo estão bastante fortes. A incógnita no Brasil é se continuaremos importando ou daremos mais atenção à produção doméstica", diz Castro. Ele destaca que mesmo o câmbio não tão favorável não tem sido suficiente para desestimular a importação.

Já a exportação, diz Castro, mostra em agosto que vem perdendo mais força com a redução sazonal das exportações de soja, que devem diminuir mais no decorrer dos próximos meses, até o fim do ano. "O milho também já apresenta redução maior. E os preços dos grãos também estão em queda e caíram

muito. Não vemos força para subir. Então, a tendência é que esses preços mais pressionados se mantenham até o fim do ano ou até o ano que vem."

Pelos dados da Secex, o preço da soja caiu 12,8% em agosto. O do milho recuou 18,3%. No setor extrativo, os recuos foram menores, segundo Castro, mas ainda assim acima do esperado para o período. Os dados apontam queda de 6% no preço do petróleo e de 6,1% no do minério de ferro, sempre em agosto contra igual mês do ano passado.

"A força das importações e a fraqueza das exportações fizeram o saldo da balança em agosto ser o menor de 2024", diz Castro. A AEB estima atualmente superávit comercial de US\$77 bilhões em 2024, ante US\$ 86,5 bilhões projetados inicialmente.

Para Brandão, da Secex, a queda de 6,5% do valor das exportações totais em agosto foi influenciada principalmente pelo recuo de também 6,5% do volume embarcado. Na divisão por produtos, os principais destaques negativos nos valores exportados foram minério de ferro e soja, com quedas de 13,7% e 16,4%. nessa ordem, na comparação com igual mês de 2023. Apesar da queda em agosto, no acumulado de janeiro a agosto, destaca Brandão, as exportações bateram novo recorde em valor para o período.

Entre os destinos dos embarques, a China prossegue como protagonista. O país asiático absorveu 30,5% de todos os bens que o Brasil vendeu ao exterior de janeiro a agosto. Com isso, o Brasil fica, tanto do lado das importações como das exportações, sob grande influência do que acontece com a China, aponta Castro.

"Atualmente, com o excesso de estoque em vários produtos, a China vende com preços baixíssimos no mercado e tudo isso vai influenciar o amanhã. Só nós não temos ideia de quanto será influenciado, em que nível de preço ou quantidade." O aço, exemplifica Castro, é um dos produtos com grandes estoques pela China, o que afeta a demanda do país asiático por minério de ferro, um dos produtos mais importantes na pauta de exportação brasileira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Probabilidade de seca afetar o PIB por ora é "baixa", afirma Fazenda

Estevão Taiar De Brasília

O Ministério da Fazenda considera por enquanto "baixa" a probabilidade de a intensa seca que afeta o território brasileiro impactar negativamente a atividade econômica. A pasta projeta até o momento impactos apenas "pontuais", como dificuldades observadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) para abastecimento de insumos e escoamento de produtos.

Esses impactos vêm sendo monitorados por técnicos "há um tempo", mas até agora não indicaram "nada de alarmante", segundo uma fonte da equipe econômica. De acordo com a fonte, possíveis efeitos dependerão, por exemplo, da "extensão" da seca ou "se ela impactará a produção de energia".

"Pode existir um ou outro ponto de preocupação, como no caso da Zona Franca de Manaus", afirma a fonte. "Mas, no geral, precisamos aguardar o desenvolvimento e monitorar."

O clima no Ministério da Fazenda é de otimismo com as perspectivas de médio prazo para a atividade econômica. Atualmente, a pasta projeta que o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá 2,5% neste ano e 2,6% no ano que vem.

Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira que a projeção para 2024 "deve superar 2,7%, 2,8%". A afirmação foi feita depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar que o **PIB** cresceu 1,4% no segundo trimestre, em comparação com os três meses anteriores e já livre de fatores sazonais. A estimativa mediana era de alta de 0,9%, segundo as projeções colhidas pelo Valor com 80 instituições financeiras e consultorias.

Após a divulgação realizada pelo IBGE, algumas instituições revisaram para cima a sua projeção para o desempenho do **PIB** em 2024, como Goldman Sachs (de 2,5% para 3%), Citi (de 2% para 3%) e Bar-clays (de 2,7% para 2,9%).

Já Haddad afirmou inclusive que o crescimento da atividade mais forte do que o esperado poderá levar a uma reestimativa da arrecadação federal projetada no Orçamento de 2025.

A nova estimativa do Ministério da Fazenda para o desempenho do **PIB** em 2024 deverá ser apresentada ainda neste mês no Boletim Macroeconômico, documento que contém as projeções da pasta para algumas das principais variáveis econômicas.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que "não há risco de falta de energia" no Brasil. A afirmação foi feita depois de pergunta sobre a queda no nível dos reservatórios de usinas hidreletrétricas.

"O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) disse que coloca as térmicas para operar [se for necessário] e que não há risco de falta de energia", afirmou em evento na sede da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) em Brasília.

Alckmin reconheceu que "estamos na maior seca desde a década de 50" e destacou a importância de políticas de preservação ambiental. Também lembrou que no período que em 2013 e 2014, quando era governador, o Estado de São Paulo enfrentou "a maior seca das últimas sete décadas", mas sem apagões. Ele afirmou que na ocasião foram adotadas medidas como a "interligação de sistemas".

Técnicos da área econômica estão monitorando a situação há vários meses

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Endividamento das famílias tem novo recuo, mas ainda preocupa

Rafael Rosas Do Rio

O endividamento das famílias brasileiras voltou a recuar em agosto, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Foi a segunda queda seguida do indicador que apontou que, no mês passado, 78% das famílias tinham dívidas a vencer, contra 78,5% no mês anterior.

Mas o patamar ainda é superior aos 77,4% observados em agosto do ano passado. Na visão da CNC, o resultado de agosto reflete uma cautela crescente das famílias em relação ao uso do crédito. Apesar dessa redução do endividamento geral, o número de famílias que se consideram "muito endividadas" aumentou para 16,8%.

"O resultado do **PIB**, que apontou um crescimento de 1,4% no segundo trimestre, superou as expectativas, mas também revelou um ambiente econômico ainda desafiador. O alívio do endividamento é positivo, mas precisamos considerar que os juros elevados e a recuperação econômica lenta ainda geram incertezas para as famílias brasileiras. Uma possível retração no consumo pode afetar a retomada do crescimento", ressalta o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

A pesquisa mostrou ainda que o percentual de famílias com dívidas em atraso se manteve estável em 28,8% pelo terceiro mês seguido, permanecendo ligeiramente abaixo do registrado em agosto de 2023. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas atrasadas subiu para 12,1%, um indicativo de que, mesmo com a estabilização no número de contas em atraso, as dificuldades financeiras permanecem. Além disso, o percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias aumentou para 48,6%, o maior desde março de 2020.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, ressaltou que o aumento das famílias que não terão condição de pagar suas dívidas "acende uma luz amarela" para a possibilidade de piora do endividamento na reta final do ano. Em julho, o percentual de famílias que não conseguiriam pagar os débitos era de 11,9%.

"O grande ponto de alerta é que as famílias de classe média foram as que mostraram o maior desafio, com aumentos da inadimplência no mês", diz Tavares.

Ele ressalta que, entre as famílias que ganham de três a cinco salários mínimos, a inadimplência subiu 0,7% em agosto, ao passo que entre as que têm renda entre cinco e dez salários mínimos, a alta foi de 1,6%. Tavares destaca que esse crescimento da inadimplência pode ser pressionado caso o Banco Central eleve a taxa básica de juros em setembro, encarecendo o crédito.

O economista também frisa que, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas ainda é elevado. "O percentual médio de comprometimento da renda foi de 29,6% em agosto, demonstrando que as famílias estão buscando manter suas finanças sob controle, mas precisam alongar os prazos e lidar com juros altos, o que complica a situação", explica Tavares.

O percentual de famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas atingiu 19,9%, o maior desde junho deste ano. As projeções da CNC indicam que o endividamento deve voltar a subir no último trimestre do ano.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977?page=1§ion=1>

Informações contidas na ata do Copom permanecem válidas, afirma Guillen

Gabriel Shinohara De Brasília

O diretor de política econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, afirmou que a informação contida na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre duas opções colocadas para o futuro - de manutenção do patamar dos juros ou de alta - "é uma indicação forte de que um começo de ciclo seria gradual".

Guillen destacou que a decisão do Copom é de continuar dependente de dados até a reunião dos dias 17 e 18 de setembro e não dar um "guidance" (orientação) dos próximos passos. A taxa básica de juros, a Selic, atualmente está em 10,50% ao ano.

O diretor falou sobre o tema após um questionamento sobre uma fala do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que "se e quando houver um ciclo de ajuste nos juros, esse ciclo será gradual". Guillen participou ontem de evento do UBS.

Na última ata, o Copom apontou que o momento era de cautela e que avaliaria a melhor estratégia para os próximos passos. A primeira seria a manutenção de juros "por tempo suficientemente longo" para levar a **inflação** à meta no horizonte relevante, atualmente o primeiro trimestre de 2026. Já na segunda, o colegiado afirmou que "não hesitará" em elevar os juros para assegurar o cumprimento da meta de **inflação** "se julgar apropriado".

O diretor explicou que, considerando que está se pensando em manter as taxas constantes ou começar uma alta, "isso sugere que um começo de ciclo seria gradual". Guillen ainda destacou que, olhando para o passado, os momentos de início ou término de ciclos "normalmente são graduais".

O mercado vem apostando em uma alta nos juros na próxima reunião, mas se divide entre uma elevação de 0,25 ponto percentual (p.p.) e uma de 0,50 p.p. Após um resultado forte do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, o mercado ampliou a aposta na alta de 0,50.

Sobre o mesmo tema, o diretor de política econômica ainda pontuou que uma coisa é se um começo de ciclo ser gradual e outra é o compromisso "forte" de conduzir a política monetária para atingir a meta de

inflação. "Eu não confundiria os dois".

O diretor ainda foi questionado se, na possibilidade de se começar um ciclo de alta de juros, o propósito seria criar credibilidade. "Eu realmente não acredito que há um ciclo de credibilidade. Você ganha credibilidade fazendo o que deve fazer", disse.

Nesse tema, Guillen falou da coesão do Copom nas últimas reuniões sobre o diagnóstico do cenário e também as muitas avaliações unânimes na reação da política monetária. Essa avaliação tem sido feita também por Campos Neto e o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Sobre as expectativas de **inflação**, Diogo Guillen afirmou que não mudaram muito, continuam desancoradas e "nos mantém desconfortáveis". Guillen disse que houve poucas mudanças na Focus, mas a história principal continua a mesma.

O relatório Focus desta semana mostrou que a mediana de expectativas para a **inflação** neste ano está em 4,26%, e para 2025, em 3,92%. Para 2026, a mediana foi mantida em 3,60%. A meta é de 3% para os três anos, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Outro assunto levantado durante o evento foi da comunicação do BC e se os membros do Copom estariam falando muito frequentemente. O Valor mostrou que a reunião entre o BC e economistas nesta semana foi marcada por críticas. Economistas avaliaram que as falas de membros do Copom nos últimos tempos têm aumentado o custo da política monetária.

Na resposta, Guillen disse que "falar e prover atualizações é importante, é parte da transparência que queremos". "Eu concordo com você que em algum momento há muitas falas e você não dá o sinal, mas acho que estamos longe disso."

Ao se pensar em taxas constantes ou começar uma alta, "isso sugere que um começo de ciclo seria gradual"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187977>

Bolsa fecha em alta com reforço de corte de juros nos EUA; dólar fica estável em R\$ 5,63

Os principais indicadores do mercado brasileiro encerraram no campo positivo nesta quarta-feira (4), se descolando do clima de cautela internacional, com investidores analisando dados fracos na geração de emprego nos Estados Unidos, reforçando o cenário de corte de juros.

O mercado também digeriu informações do Livro Bege do Federal Reserve (Fed), indicado que a **inflação** avançou em ritmo moderado na maior economia do mundo.

Na cena local, as atenções seguiram nos desempenho acima do esperado da economia no segundo trimestre, aumentando as apostas de que o Banco Central (BC) deverá subir os juros diante dos riscos de maior desancoragem das expectativas da **inflação**.

O Ibovespa encerrou a sessão com alta de 1,31%, aos 136.110 pontos, revertendo a série de quatro pregões no negativo.

O clima diverge do cenário em Wall Street, com bolsas fechando sem direção única, além de quedas nas principais praças europeias.

O clima de cautela fez o dólar fechar praticamente estável, com leve queda de 0,08%, negociado a R\$ 5,639 e afastado das mínimas registradas ao longo da sessão.

LIVRO BEGE Mais cedo, o Fed divulgou o Livro Bege, com detalhes das atividades econômicas nos EUA.

O documento mostrou que a **inflação** continuou avançando a ritmo moderado na maioria das regiões do país, enquanto empresas estão mais seletivas com expandir vagas de trabalho, diante de incertezas ampliadas com a economia americana.

Segundo o documento, embora mais seletivos, os empresários não relataram casos de demissões e o nível de emprego permaneceu "estável ou ligeiramente acima durante as últimas semanas".

Pela manhã, dados do governo norte-americano mostraram que o número de empregos disponíveis continuou a diminuir em julho, uma indicação de que a demanda por trabalhadores segue em declínio.

As vagas de emprego caíram pelo segundo mês consecutivo para uma estimativa de 7,67 milhões, de 7,91 milhões em junho, de acordo com novos dados divulgados pelo Bureau of Labor Statistics.

Esse é o menor número de vagas desde janeiro de 2021.

DESTAQUES DA BOLSA O Bank of America manteve recomendação em ações brasileiras em seu portfólio para a América Latina, conforme relatório a clientes nesta quarta-feira, citando uma visão construtiva para a atividade econômica e também valuations.

Apesar da recomendação de compra para ações do Brasil, o banco rebaixou a visão para Vale (VALE3) de "underweight" ante "equal weight" em seu portfólio, citando uma perspectiva mais fraca para a China.

A Marfrig (MRFG3) encerrou com alta de 7,46% e esteve entre as maiores altas após anúncio de união de marcas com a BRF (BRFS3).

A Sadia, principal marca da BRF, vai "endossar" os hambúrgueres Bassi, que assina as carnes nobres da Marfrig, informaram as companhias nesta quarta-feira.

Já a Perdigão, outra importante marca da BRF, passa a nomear sua linha de processados bovinos como Perdigão Montana.

Destaque positivo também para os papéis da Embraer (EMBR3), que subiu 5,79% com otimismo do mercado após anúncio da gigante BlackRock de aumento de 5,5% na participação.

Site: https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Jornal-A-Gazeta-AP-06-09-2024_.pdf

Cai o endividamento das famílias no País, diz CNC

Rio de Janeiro - Pelo segundo mês consecutivo, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registra queda do endividamento das famílias brasileiras. O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer diminuiu para 78% em agosto, abaixo dos 78,5% observados em julho, mas ainda superior ao índice de 77,4% registrado em agosto do ano passado.

Segundo a CNC, o resultado reflete uma cautela crescente das famílias em relação ao uso do crédito. Apesar dessa redução do endividamento geral, o número de famílias que se consideram "muito endividadas" aumentou para 16,8%.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o comportamento recente do endividamento está diretamente ligado ao cenário macroeconômico. "O resultado do PIB, que apontou um crescimento de 1,4% no segundo trimestre, superou as expectativas, mas também revelou um ambiente econômico ainda desafiador. O alívio do endividamento é positivo, mas precisamos considerar que os juros elevados e a recuperação econômica lenta ainda geram incertezas para as famílias brasileiras. Uma possível retração no consumo pode afetar a retomada do crescimento", ressalta Tadros.

Inadimplência - Em relação à inadimplência, o percentual de famílias com dívidas em atraso se manteve estável em 28,8% pelo terceiro mês consecutivo, permanecendo ligeiramente abaixo do registrado em agosto de 2023. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas atrasadas subiu para 12,1%, um indicativo de que, mesmo com a estabilização no número de contas em atraso, as dificuldades financeiras permanecem.

Além disso, o percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias aumentou para 48,6%, o maior desde março de 2020.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, observa que, embora o endividamento esteja em queda, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas ainda é elevado. "O percentual médio de comprometimento da renda foi de 29,6% em

agosto, demonstrando que as famílias estão buscando manter suas finanças sob controle, mas precisam alongar os prazos e lidar com juros altos, o que complica a situação", explica Tavares.

O percentual de famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas atingiu 19,9%, o maior desde junho deste ano. As projeções da CNC indicam que o endividamento deve voltar a subir no último trimestre do ano, acompanhando um aumento gradativo da inadimplência, que poderá atingir 29,5% até dezembro.

Nas modalidades de crédito, o cartão de crédito continua liderando com 85,7% de participação entre os devedores, apesar de uma retração de 0,4 p.p. em comparação ao mês anterior. O crédito pessoal destacou-se com um aumento de 0,5 p.p. em relação a julho e 1,8 p.p. na comparação anual, refletindo as recentes reduções das taxas de juros dessa modalidade.

O Rio Grande do Sul, afetado por enchentes em maio, vem apresentando um aumento contínuo do endividamento, que alcançou 92,9% em agosto, o maior percentual desde outubro de 2023. Com isso, o estado registrou 39,1% de famílias endividadas com contas em atraso, o maior índice desde dezembro de 2023, e 3,7% sem condições de quitá-las, o mais alto desde agosto de 2021. (ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Votação de Galípolo ganha data

Brasília - O plenário do Senado deve apreciar a indicação do atual diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para a presidência da autoridade monetária no dia 8 de outubro, após o primeiro turno das eleições municipais.

A data foi marcada pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Rodrigo Pacheco pediu ainda para que o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Vanderlan Cardoso (PSD/ GO), faça a sabatina de Galípolo antes dessa data. O indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do BC precisa passar por sabatina e votação na CAE antes de ser analisado pelo plenário do Senado.

O senador Rodrigo Pacheco lembrou que o período eleitoral é de baixo quórum no Parlamento e, por isso, decidiu por uma data após o primeiro turno do pleito municipal.

"É essa primeira semana após a eleição que permitirá que todos os senadores e senadoras, mais ou menos envolvidos nas campanhas eleitorais, possam se desincumbir do seu papel político relevante, que é o político-eleitoral, e possam estar aqui, no Senado Federal, presencialmente", argumentou o senador.

O líder da oposição no Senado, senador Marcos Rogério (PL/RO), pediu que a votação ficasse para depois do segundo turno para dar mais tempo do indicado conversar com todos os senadores.

"É preciso que esse indicado, antes de ser sabatinado na CAE, tenha a oportunidade de conversar com o conjunto dos senadores", destacou.

O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT/BA), ponderou que Gabriel Galípolo já conversou com mais de 30 senadores e que terá tempo de falar com todos antes do dia 8 de outubro.

"Eu acho que é um tempo suficiente. O nome não é um nome, como se diz, tirado de uma cartola, porque já está há um ano como diretor do Banco Central. Conseguiu construir uma relação inclusive com o atual presidente (do BC)", argumentou.

A assessoria de imprensa do presidente da CAE, senador Vanderlan, informou que ainda não há data para a sabatina e votação da indicação no colegiado.

Trajetória - O economista Gabriel Galípolo é diretor de Política Monetária do Banco Central, cargo que ocupa desde julho de 2023. Foi secretário de Economia e de Transportes do governo de São Paulo; trabalhou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Centro Brasileiro de Relações Internacionais e no Banco Fator, instituição que fundou. Em 2023, assumiu o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até ser indicado e aprovado para a diretoria do BC.

Se aprovado no Senado, Galípolo assume a presidência do Banco Central no lugar de Roberto Campos Neto. Indicado pelo governo anterior, Campos Neto é criticado no atual governo pela manutenção das altas taxas de juros. O mandato de Campos Neto termina no dia 31 de dezembro. (ABr) %

Riscos fiscais ameaçam a estabilidade, avaliam as instituições financeiras

São Paulo - As instituições financeiras passaram a ver os riscos fiscais como os mais relevantes para a estabilidade financeira no Brasil nos próximos três anos, indicou ontem pesquisa do Banco Central (BC).

Realizada de 29 de julho a 12 de agosto, a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) indicou que 41 das 100 instituições consultadas apontam os riscos fiscais como os mais importantes. No levantamento anterior, de maio, foram 27 de 100 instituições.

O risco relacionado ao cenário internacional é o segundo mais importante, com 23 de 100 citações na pesquisa divulgada nesta quinta-feira. Em maio, este era o risco mais importante na visão das instituições, com 38 indicações.

Em relação à percepção sobre o fiscal, conforme o BC, os destaques foram preocupações com a trajetória da dívida pública e com os impactos da política fiscal nos preços dos ativos e na política monetária.

Na última sexta-feira, o BC informou que a dívida bruta do governo geral atingiu 78,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em julho, ante 77,8% em junho. O percentual está acima da projeção de 78,2% do mercado para o indicador no fim deste ano, segundo o mais recente levantamento do BC no relatório Focus.

Na PEF, o BC informou ainda que os três riscos mais importantes para a estabilidade financeira nos

próximos três anos, na visão das instituições, são os relacionados ao cenário internacional, aos fiscais e à inadimplência e atividade.

Apesar dos riscos, as instituições indicam que a confiança na estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue elevada, registrou o relatório.

(Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>